



Governo do
Estado de Alagoas

ISSN 2237-5740



Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas Jul-dez/2011

v.12 n.27

2012

Secretaria de Estado
do Planejamento e
do Desenvolvimento Econômico

**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS**

**CONJUNTURA ECONÔMICA DO
ESTADO DE ALAGOAS
Jul-dez/2011**

v.12 n.27

Maceió
2012

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Governador - Teotonio Brandão Vilela Filho

Vice - Governador - José Thomaz Nonô Netto

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - Seplande

Secretário de Estado- Luiz Otavio Gomes

Secretário de Estado Adjunto de Planejamento e Orçamento – José Cândido do Nascimento

Chefe de Gabinete – Rafaelle Novais

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO Superintendente – Thiago José Tavares Ávila

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretora – Natallya de Almeida Levino

EQUIPE TÉCNICA

Anderson Henrique dos Santos Araujo

Cícera Dinalva Matos Dantas

Marcia Núbia Barbosa Lopes

Rosângela Maria de Melo My

Silvéte de Albuquerque Nogueira

ESTAGIÁRIOS

Mayanna Hora Jucá

Bartolomeu José Rodrigues Neto

EDITOR

Natallya de Almeida Levino

EQUIPE DE REVISÃO

José Candido do Nascimento

Roberson Leite Silva Júnior

Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Thiago José Tavares Ávila

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Coordenador de Comunicação –Guilherme Lamenha

Assessor de Comunicação -Lucas Lisboa

Designer Gráfico- Thales França

NORMALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Biblioteca Luiz Sávio de Almeida

Gerente – Elisabete Maria Monteiro de Souza

NOTA EXPLICATIVA: a publicação teve início em 1998, como trimestral, passando em 2002, a ser semestral. Em 2005 tornou-se anual, retornando em 2012 a periodicidade semestral.

CONJUNTURA ECONÔMICA DO ESTADO DE ALAGOAS é uma publicação anual da Seplande/AL. Disponível para consultas e *download* no site <http://www.seplande.al.gov.br>. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Bibliotecária Responsável: Maria Gorileide P. de Oliveira – CRB-4/1524

Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas. Ano 12, nº 27 (1998)- .

-Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2012.

v.: il Color.; 21cm

Semestral

Período: Jul-dez/2011

Continuação de: Informativo Conjuntural

ISSN 2237-5740

1. Economia – Alagoas. 2. Estatística – Alagoas

CDU 31: 33(813.5)

Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico –
Seplande

R. Dr. Cincinato Pinto, 503 - Centro - Maceió-Alagoas

CEP.: 57020-050 - Fone: (82) 3315-1504 - Fax: (82) 3315-1525



<http://www.seplande.al.gov.br>
biblioteca@seplande.al.gov.br

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - Seplande, por meio da Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (Sinc), apresenta a 27ª edição da Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas, a qual mostra a performance da economia alagoana no segundo semestre de 2011. O estudo inclui pesquisas, análises setoriais, índices econômicos, infográficos e notas técnicas.

Esta publicação apresenta informações de curto prazo sobre os segmentos primário, secundário e terciário da economia local. Os dados referem-se às atividades agrícolas, com foco nas lavouras temporárias e permanentes, indústria, além de informações relativas ao turismo e transportes, comércio, energia, balança comercial e finanças públicas. O estudo aborda ainda o comportamento da produção, do consumo, das oscilações registradas no mercado de trabalho formal alagoano em 2011.

Estudos como este são de vital importância para expressar a dinâmica econômica de Alagoas, a fim de mostrar a situação da economia local no curto espaço de tempo. Ademais, este estudo tem o intuito de disponibilizar informações confiáveis para os investidores e consumidores que se interessem pelo território alagoano.

Em nome desta Seplande e de toda a equipe da área de informação, registro aqui os nossos agradecimentos às instituições e às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, seja no fornecimento de dados estatísticos ou na produção de textos que integram esta publicação.

Luiz Otavio Gomes
Secretário

1. Agricultura

1.1 Brasil

A produção brasileira de grãos para a safra 2011/2012, de acordo com os dados do quarto levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) ¹, foi de 158,45 milhões de toneladas, o que corresponde a uma redução de (-2,8%) em relação à safra de 2010/2011. Essa redução representa 4,51 milhões de toneladas. Este resultado está relacionado às condições climáticas não favoráveis, que afetaram principalmente às culturas do milho e da soja, sobretudo nos estados da região Sul, parte da Sudeste e no Sudoeste de Mato Grosso do Sul.

Com relação à área cultivada, espera-se acréscimo de (1,5%) na safra 2011/2012, registrando 50,6 milhões de hectares em todo o país. As regiões Nordeste e Centro-Oeste são os destaques nessa safra com variações de (3,2%) e (2,7%), respectivamente.

Tabela 1									
Comparativo de área, produtividade e produção de grãos									
Brasil - Safra 2010/2011 - Safra 2011/2012									
Região	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var%	Safra		Var%	Safra		Var%
	2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012	
Norte	1.717,6	1.691,9	-1,5	2.705	2.601	-3,8	4.645,3	4.401,4	-5,3
Nordeste	8.750,9	9.034,6	3,2	1.828	1.716	-6,1	15.997,9	15.502,8	-3,1
Centro-Oeste	16.930,7	17.391,6	2,7	3.359	3.327	-0,9	56.866,3	57.861,0	1,1
Sudeste	4.796,4	4.882,2	1,8	1.692	3.729	1,0	17.708,0	18.204,4	2,8
Sul	17.723,0	17.661,0	-0,3	3.822	3.538	-7,4	67.740,1	62.476,0	-7,8
Brasil	49.919,0	50.661,3	1,5	3.264	3.128	-4,2	162.958,1	158.446,5	-2,8

Fonte: CONAB, 2011

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

A safra 2011/2012 do algodão, segundo a CONAB, foi cultivada em uma área de 1,40 milhões de hectares com acréscimo de (0,3%), o equivalente a 4,8 mil hectares sobre a safra 2010/2011. Este acréscimo foi devido à tecnologia adotada para melhorar a produtividade e também as influências climáticas.

Os resultados positivos obtidos na safra 2010/2011 do algodão resultaram no incremento da área cultivada, assim como na evolução da safra 2011/2012. A produção em torno de 5,3 milhões de toneladas de algodão em caroço, acréscimo de 89,1 mil toneladas, correspondente a um aumento de (1,7%) em relação à safra anterior.

¹ Os aspectos metodológicos da CONAB consideraram o final da safra em análise no mês de Janeiro de 2012.

Segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), em novembro de 2011, o mercado do algodão em pluma atuou em baixo ritmo. A alta dos preços no Brasil e as grandes importações de fio de algodão e produtos acabados geraram instabilidade no mercado interno.

Tabela 2
Algodão em Caroço - Comparativo de área, produtividade e produção
Brasil - Safra 2010/2011 – Safra 2011/2012

Região	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var%	Safra		Var%	Safra		Var%
	2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012	
Norte	5,5	7,0	27,3	3.480	3.500	0,6	19,1	24,5	28,3
Nordeste	450,5	465,3	3,3	3.899	3.808	-2,3	1.756,5	1.772,1	0,9
Centro-Oeste	893,5	880,1	-1,5	3.604	3.729	3,5	3.220,6	3.282,0	1,9
Sudeste	49,7	51,7	4,0	3.803	3.615	-4,9	189,1	196,0	3,6
Sul	1,1	1,2	9,1	2.836	2.425	-14,5	3,1	2,9	-6,5
Brasil	1.400,3	1.405,1	0,3	3.705	3.755	-1,3	5.188,4	5.277,5	1,7

Fonte: CONAB, 2011

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

Para a safra 2011/2012, a área plantada com feijão em todo o Brasil foi estimada em 3,86 milhões de hectares, significando um decréscimo de (-3,7%) em relação à safra 2010/2011. Esta redução foi devido a fatores relacionados à natureza da comercialização do feijão como: instabilidade dos preços, a baixa liquidez, o estoque do produto e também instabilidade climática em algumas regiões. Estes fatores fizeram com que alguns produtores migrassem uma parte da lavoura do feijão para outros cultivos como: milho e soja. Isto também reflete na produção total do feijão de 3,5 milhões de toneladas, com uma queda de (-7,6%) em relação à safra anterior.

Além da redução da área plantada e da produção, a produtividade também deverá registrar decréscimo na ordem de (-4,0%), e um rendimento de 907 kg/ha na safra 2011/2012. Para a safra 2011/2012, estima-se que o mercado do feijão será afetado pela falta de chuvas nos estados do Sul e pelo excesso no Sudeste.

Tabela 3
Feijão Total - Comparativo de área, produtividade e produção
Brasil - Safra 2010/2011 – Safra 2011/2012

Região	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var%	Safra		Var%	Safra		Var%
	2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012	
Norte	164,3	164,2	-0,1	1.074	944	-12,1	176,4	155,0	-12,1
Nordeste	2.173,5	2.159,5	-0,6	442	432	-2,3	961,1	931,8	-3,0
Centro-Oeste	356,9	346,5	-2,9	1.613	1686	4,5	575,8	584,1	1,4
Sudeste	595,3	591	-0,7	1.626	1545	-5,0	968,1	913,1	-5,7
Sul	719,2	600,1	-16,6	1.537	1527	-0,7	1.105,6	916,4	-17,1
Brasil	4.009,2	3.861,3	-3,7	945	907	-4,0	3.787,0	3.500,4	-7,6

Fonte: CONAB, 2011

Dados trabalhados pela Seplande – SINC

Para a safra 2011/2012, devido à boa desenvoltura da cultura de milho no Brasil, registra-se uma produção nacional de 59,2 milhões de toneladas, com um acréscimo de (2,9%) na produção, em relação à safra 2010/2011 que apresentou 57,5 milhões de toneladas, com destaques para as regiões Centro-Oeste (5,9%) e Sudeste (5,3%). Juntas, as duas regiões respondem por 30 milhões de toneladas, volume equivalente a mais da metade (50,6%) da produção nacional.

A área total a ser destinada à safra 2011/2012 de milho em todo o país corresponde a 14,5 milhões de hectares, um acréscimo de 718,1 mil hectares, equivalente a um incremento de (5,2%) em comparação com a área da safra anterior. Esse aumento deve-se ao crescimento da participação da macrorregião Centro-Sul (5,9%), com destaque para os acréscimos de área de Goiás (14,5%), Paraná (6,9%) e Minas Gerais (6,7%), onde haverá recuperação das áreas após a semeadura da primeira safra.

Tabela 4
Milho Total (1° e 2° safras) - Comparativo de área, produtividade e produção
Brasil - Safra 2010/2011 – Safra 2011/2012

Região	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var%	Safra		Var%	Safra		Var%
	2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012	
Norte	521,7	518,5	-0,6	2.713	2.649	-2,4	1.415,5	1.373,6	-3,0
Nordeste	3.147,7	3.270,0	3,9	1.947	1.783	-8,4	6.128,0	5.830,0	-4,9
Centro-Oeste	3.890,1	4.117,2	5,8	4.479	4.483	0,1	17.422,8	18.456,2	5,9
Sudeste	2.146,0	2.268,3	5,7	5.104	5.083	-0,4	10.952,3	11.529,0	5,3
Sul	4.133,2	4.382,8	6,0	5.225	5.025	-3,8	21.595,5	22.021,5	2,0
Brasil	13.838,7	14.556,8	5,2	4.156	4.068	-2,1	57.514,1	59.210,3	2,9

Fonte: CONAB, 2011

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

Com relação à cultura de soja há uma previsão de 24,6 milhões de hectares a ser plantada, registrando um crescimento de (1,9%) em relação à área da safra 2010/2011. A região Centro-Oeste foi responsável por (45,5%) da área cultivada em todo o Brasil, onde o estado do Mato Grosso se destaca com 6,8 milhões de hectares, que representa um crescimento de (5,8%) na área plantada em relação a safra anterior. Apesar do bom desenvolvimento da produção de soja no país, algumas zonas produtoras da região têm vivenciado problemas de seca, o que resulta em perdas para a cultura.

A produção de soja chegou a 71,7 milhões de toneladas em 2011/2012, com queda de (-4,7%), o equivalente a 3,6 milhões de toneladas, em relação à safra 2010/2011, que totalizou 75,3 milhões de toneladas. A região Centro-Sul, que responde por (88,6%) da produção nacional, desde novembro de 2011 vem enfrentando diversas dificuldades no desenvolvimento das culturas. As péssimas condições climáticas, na região sul prejudicaram o montante da produção, ocasionando redução de (-13,7%).

Tabela 5
Soja - Comparativo de área, produtividade e produção
Brasil - Safra 2010/2011 – Safra 2011/2012

Região	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var%	Safra		Var%	Safra		Var%
	2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012	
Norte	645,5	640,4	-0,8	3.063	2.942	-4,0	1.977,2	1.883,8	-4,7
Nordeste	1.945,7	2.115,9	8,7	3.213	2.971	-7,5	6.251,5	6.286,8	0,6
Centro-Oeste	10.819,4	11.219,3	3,7	3.137	3.061	-2,4	33.938,9	34.344,8	1,2
Sudeste	1.636,9	1.615,1	-1,3	2.824	2.862	1,4	4.622,1	4.622,2	0,0
Sul	9.133,5	9.044,0	-1,0	3.124	2.722	-12,9	28.534,6	24.613,7	-13,7
Brasil	24.181,0	24.634,7	1,9	3.115	2.913	-6,5	75.324,3	71.751,3	-4,7

Fonte: CONAB, 2011

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

A produção brasileira de café de 43,48 milhões de sacas beneficiadas em 2011 representou uma, redução de (-9,6%) ou 4,61 milhões de sacas, inferior ao volume de 48,09 milhões de sacas produzidas na safra anterior. Esta redução se deve principalmente ao ano de baixa bialidade e da irregularidade nas precipitações pluviométricas em 2011, que prejudicaram as lavouras que se encontravam na fase de enchimento dos grãos, sobretudo nos estados de Minas Gerais (regiões Sul de Minas e Cerrado Mineiro), na Bahia e em Rondônia.

Em relação à área cultivada com café no País, segundo a CONAB, totalizou 2.056.422 hectares na safra 2011, com as espécies arábicas e *conilon*. Houve uma redução de (-1,0%) menor que a da safra anterior, um total de 20.203 mil hectares.

Tabela 6
Café Beneficiado - Comparativo de área, produtividade e produção
Brasil - Safra 2010/2011 – Safra 2011/2012

UF	Área (ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)								
	Safra		Var %	Safra								
	2010	2011		Arábica			Conilon			Total		
				2010	2011	Var %	2010	2011	Var %	2010	2011	Var %
Minas Gerais	1.006.719	1.000.869	-0,6	24.903,0	21.882,0	-12,1	252,0	299,0	18,7	25.155,0	22.181,0	-11,8
Espírito Santo	460.193	452.527	-1,7	2.792,0	3.079,0	10,3	7.355,0	8.494,0	15,5	10.147,00	11.573,00	14,1
São Paulo	167.147	169.538	1,4	4.662,0	3.111,5	-33,3	-	-	-	4.662,00	3.111,50	-33,3
Paraná	81.874	74.752	-8,7	2.284,0	1.842,0	-19,4	-	-	-	2.284,00	1.842	-19,4
Bahia	139.550	138.834	-0,5	1.727,9	1.548,9	-10,4	564,8	741,1	31,2	2.292,70	2.290,00	-0,1
Rondônia	154.879	153.391	-1,0	-	-	-	2.369,0	1.428,3	-39,7	2.369,00	1.428,30	-39,7
Mato Grosso	15.186	19.899	31,0	16,3	11	-32,5	186,8	126,8	-32,1	203,1	137,8	-32,2
Pará	13.500	10.448	22,6	-	-	-	228,6	184,0	-19,5	228,6	184	-19,5
Rio de Janeiro	13.100	12.864	-1,8	237,6	247	4,0	12,5	13,0	4,0	250,1	260	4,0
Outros	24.477	23.300	-4,8	201,3	467,1	132,0	302,0	9,5	-96,9	503,3	476,6	-5,3
Brasil	2.076.625	2.056.422	-1,0	36.824,1	32.188,5	-12,6	11.270,7	11.295,7	0,2	48.094,80	43.484,20	-9,6

Fonte: CONAB, 2011
 Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

Segundo a CONAB, a safra 2011/2012 de cana-de-açúcar, apresenta uma expansão na área cultivada da ordem de 8.368,4 mil hectares, (3,9%) superior à da safra 2010/2011, que corresponde um aumento de 312,4 mil hectares. Em relação à produtividade houve um decréscimo de (-12,0%) da safra 2011/2012 em relação à safra anterior. As principais causas são as adversidades climáticas ocorridas durante o período ideal de plantio dos canaviais e as dificuldades financeiras por parte dos produtores. Não obstante, em boa parte dos estados produtores, os dados da produção de cana-de-açúcar apontam para perdas de moagem.

Para o Brasil, a produção de 571,4 milhões de toneladas de cana moída, significando um decréscimo de (8,4%) em relação aos 623,9 milhões de toneladas da safra passada. A estiagem e as geadas ocorridas em algumas regiões comprometeram a produção no Centro-Oeste, e em especial no Sudeste, que costuma ser o maior produtor de cana brasileira. A produtividade média nacional em 68.289 kg/ha, ou uma queda de (-12,0%) sobre a obtida na safra 2010/2011, calculada em 77.446 kg/ha.

Dados da CONAB indicam que (49,7%) da produção de cana da safra 2011/2012 será destinada para a fabricação de açúcar, o que deverá gerar 36,9 milhões de toneladas do produto, resultando numa redução de 1,28 milhão de toneladas do

produto, (3,4%) menos comparada à safra anterior. Os (50,3%) restantes serão empregados na produção de 22.857.589,3 mil litros de etanol, significando uma redução de 4.737.894 mil litros do biocombustível, ou (17,2%) na sua produção total, em relação à safra anterior.

Tabela 7									
Cana-de-açúcar - Comparativo de área, produtividade e produção									
Brasil - Safra 2010/2011 - Safra 2011/2012									
Região	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var%	Safra		Var%	Safra		Var%
	2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012	
Norte	19,6	34,8	77,6	65.124	73.889	13,5	1.278,4	2.570,6	101,1
Nordeste	1.113,2	1.120,1	0,6	55.764	60.279	8,1	62.079,4	67.520,0	8,8
Centro-Oeste	1.202,5	1.379,4	14,7	77.624	69.282	-10,7	93.334,7	95.566,1	2,4
Sudeste	5.136,5	5.221,0	1,6	82.507	69.760	-15,4	423.799,5	364.212,5	-14,1
Sul	584,0	613,1	5,0	74.318	67.850	-8,7	43.403,1	41.601,8	-4,2
Brasil	8.056,0	8.368,4	3,9	77.446	68.289	-12,0	623.895,1	571.471,0	-8,4

Fonte: CONAB, 2011

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

1.2 Nordeste

Na região Nordeste, a área cultivada de grãos na safra 2011/2012, representa (17,8%) de toda a área cultivada no país, que agrega 283,7 mil hectares. Dentre os estados da região, obtiveram destaque na área plantada: Maranhão com (9,2%), Piauí com (5,3%) e Bahia com (2,5%). Entretanto, a região terá um decréscimo de (-3,1%) na produção e de (-6,1%) na produtividade com relação à safra de 2010/2011. Um dos fatores que influenciou a redução foi às más condições climáticas.

Tabela 8									
Comparativo de área, produtividade e produção de grãos									
Nordeste - Safra 2010/2011 - Safra 2011/2012									
UF	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var%	Safra		Var%	Safra		Var%
	2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012	
Maranhão	1.583,5	1.729,7	9,2	2.089	1.957	-6,3	3.308,5	3.384,3	2,3
Piauí	1.146,2	1.206,8	5,3	1.974	1.876	-5,0	2.262,3	2.263,9	0,1
Ceará	1.434,1	1.434,2	0,0	936	754	-19,5	1.342,7	1.081,0	-19,5
Rio Grande do Norte	157,1	157,1	0,0	687	610	-11,3	108,0	95,9	-11,2
Paraíba	329,9	330,3	0,1	439	502	14,4	144,8	165,7	14,4
Pernambuco	634,2	634,2	0,0	587	553	-5,8	372,3	350,4	-5,9
Alagoas	122,6	122,6	0,0	822	726	-11,7	100,8	89	-11,7
Sergipe	268,4	268,4	0,0	3.792	3.535	-6,8	1.017,7	948,7	-6,8
Bahia	3.074,9	3.151,3	2,5	2.387	2.261	-5,3	7.340,8	7.123,9	-3,0
Nordeste	8.750,9	9.034,6	3,2	1.828	1.716	-6,1	15.997,9	15.502,8	-3,1

Fonte: CONAB, 2011

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

No Nordeste, a área cultivada do algodão, de acordo com levantamento da CONAB, há um de incremento de (3,3%). Ressaltando os estados do Piauí (24,2%), Bahia (2,5%) e Maranhão (2,2%). A produção de algodão em caroço registrará cerca de 1,8 milhão de toneladas na safra 2011/2012 que representará um incremento de (0,9%) em relação à safra anterior. A produção localizada nas áreas de cerrado do Piauí e Bahia apresenta os maiores incrementos da região, com respectivamente, (13,2%) e (0,6%). Fatores que influenciaram na produção do algodão: uma acentuada retração no preço do algodão, custo elevado da produção e influências climáticas.

Tabela 9
Algodão em caroço - Comparativo de área, produtividade e produção de grãos
Nordeste - Safra 2010/2011 - Safra 2011/2012

UF	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var%	Safra		Var%	Safra		Var%
	2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012	
Maranhão	18,1	18,5	2,2	3.930	3.780	-3,8	71,1	69,9	-1,7
Piauí	17,8	22,1	24,2	3.780	3.450	-8,7	67,3	76,2	13,2
Ceará	3,1	3,1	0,0	1.010	740	-26,7	3,1	2,3	-25,8
Rio Grande do Norte	3,8	3,8	0,0	567	520	-8,3	2,2	2,0	-9,1
Paraíba	1,0	1,0	0,0	869	760	-12,5	0,9	0,8	-11,1
Pernambuco	0,8	0,8	0,0	720	700	-2,8	0,6	0,6	0,0
Alagoas	0,6	0,6	0,0	320	320	0,0	0,2	0,2	0,0
Bahia	405,3	415,4	2,5	3.975	3.900	-1,9	1.611,1	1.620,1	0,6
Nordeste	450,5	465,3	3,3	3.899	3.808	-2,3	1.756,5	1.772,1	0,9

Fonte: CONAB, 2011
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

A área cultivada na região nordeste com o feijão foi 2.159,5 mil hectares na safra 2011/2012, ou seja, (-0,6%) menor que na safra 2010/2011, que apresentou 2.173,5 mil hectares. Em relação à produção de feijão houve uma redução de (-3,0%), cuja produtividade foi 432 kg/ha, ou seja, (-2,3%) menor que a da safra anterior. Esta redução na produção foi devido à falta de chuvas, que prejudicou a produção do feijão na maioria dos estados nordestinos, sobressaindo o estado da Bahia (24,7%) e Paraíba (12,8%).

Tabela 10
Feijão - Comparativo de área, produtividade e produção de grãos
Nordeste - Safra 2010/2011 - Safra 2011/2012

UF	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var%	Safra		Var%	Safra		Var%
	2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012	
Maranhão	99,9	82,9	-17	512	452	-11,7	51,1	37,5	-26,6
Piauí	238,4	236,3	-0,9	356	295	-17,1	85,0	69,8	-17,9
Ceará	612,9	612,9	0,0	424	373	-12,0	259,6	228,9	-11,8
Rio Grande do Norte	70,2	70,2	0,0	480	400	-16,7	33,7	28,1	-16,6
Paraíba	168,1	168,1	0,0	266	300	12,8	44,7	50,4	12,8
Pernambuco	322,4	322,4	0,0	501	423	-15,6	161,5	136,3	-15,6
Alagoas	61,8	61,8	0,0	510	500	-2,0	31,5	30,9	-1,9
Sergipe	36,7	36,7	0,0	847	600	-29,2	31,1	22,0	-29,3
Bahia	563,1	568,2	0,9	467	577	23,6	262,9	327,9	24,7
Nordeste	2.173,5	2.159,5	-0,6	442	432	-2,3	961,1	931,8	-3,0

Fonte: CONAB, 2011

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

Na Região Nordeste, a área destinada ao cultivo do milho, de acordo com a CONAB, na safra 2011/2012, apresenta 3.270,0 mil hectares com um acréscimo de (3,9%) em relação à safra anterior, ou seja, 3.147,7 mil hectares.

Assim sendo a produtividade do milho apresentou 1.783 kg/ha, menor que o índice alcançado na safra anterior, que registrou um rendimento de 1.947 kg/ha. A produção regional foi estimada em 5,8 milhões de toneladas, com decréscimo de (-4,9%) em relação à safra 2010/2011.

O estado do Maranhão se destaca como o maior produtor de milho da região, com previsão de colheita de 977,1 mil toneladas na safra 2011/2012, (11,1%) superior à da safra anterior.

Tabela 11
Milho - Comparativo de área, produtividade e produção de grãos
Nordeste - Safra 2010/2011 - Safra 2011/2012

UF	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var%	Safra		Var%	Safra		Var%
	2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012	
Maranhão	477,6	592,2	24,0	1.842	1.650	-10,4	879,7	977,1	11,1
Piauí	349,6	357,3	2,2	2.017	1.760	-12,7	705,1	628,8	-10,8
Ceará	723,0	723,0	0,0	1.313	1.000	-23,8	949,3	723	-23,8
Rio Grande do Norte	73,5	73,5	0,0	672	650	-3,3	49,4	47,8	-3,2
Paraíba	157,2	157,2	0,0	617	710	15,1	97	111,6	15,1
Pernambuco	298,3	298,3	0,0	640	650	1,6	190,9	193,9	1,6
Alagoas	57,2	57,2	0,0	893	720	-19,4	51,1	41,2	-19,4
Sergipe	221,4	221,4	0,0	4.192	3.950	-5,8	928,1	874,5	-5,8
Bahia	789,9	789,9	0,0	2.883	2.826	-2	2.277,40	2.232,10	-2,0
Nordeste	3.147,7	3.270,0	3,9	1.947	1.783	-8,4	6.128,00	5.830,00	-4,9

Fonte: CONAB, 2011

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

O Nordeste é a região com maior incremento em área plantada de soja no país, aumentando (8,7%) em relação à safra 2010/2011. A estimativa para a área plantada foi em 2,1 milhões de hectares na safra 2011/2012. A produção regional apresenta um pequeno aumento de (0,6%), chegando a 6,3 milhões de toneladas.

A produção dos estados do Piauí e do Maranhão deve registrar acréscimos de (11,2%) e (5,2%), respectivamente. Os resultados são consequência das condições climáticas favoráveis ocorridas nesses locais. Com relação à Bahia, a previsão é de queda de (-5,0%) na produção, cuja produtividade resultou em torno de 3.000 kg/ha, (-10,7%) inferior ao da safra passada, que registrou 3.360 kg/ha.

Tabela 12									
Soja - Comparativo de área, produtividade e produção de grãos									
Nordeste - Safra 2010/2011 - Safra 2011/2012									
UF	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra		Var%	Safra		Var%	Safra		Var%
	2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012		2010/2011	2011/2012	
Maranhão	518,2	566,4	9,3	3.087	2.970	-3,8	1.599,7	1.682,2	5,2
Piauí	383,6	438,8	14,4	2.983	2.900	-2,8	1.144,3	1.272,5	11,2
Bahia	1.043,90	1.110,70	6,4	3.360	3.000	-10,7	3.507,5	3.332,1	-5,0
Nordeste	1.945,7	2.115,9	8,7	3.213	2.971	-7,5	6.251,5	6.286,8	0,6

Fonte: CONAB, 2011

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

A produção nordestina de cana-de-açúcar na safra 2011/2012 registrou um crescimento (8,8%) em relação à safra 2010/2011, passando de 62.079,4 mil toneladas para 67.520,0 mil toneladas. Este resultado foi devido ao clima que favoreceu tanto a maturação, como a colheita e o desenvolvimento dos canaviais, ou seja, as boas condições climáticas da região.

Vale ressaltar os estados de Pernambuco com incremento de 1,6 milhão de toneladas de cana-de-açúcar e Paraíba com acréscimo de 1,3 milhão de toneladas. Alagoas, tradicionalmente é o maior produtor nordestino que representa (44,2%) da produção total da região, com um volume correspondente a 29,8 milhões de toneladas. O crescimento da área plantada verificou-se principalmente em Alagoas, um incremento de 12,5 mil hectares. Entretanto, com relação a produtividade destacou-se o Piauí com 70.600 kg/ha, o Ceará com 70.100 kg/ha e a Bahia com 68.300 kg/ha, apresentando valores acima da média nacional, que atualmente corresponde a 68.289 kg/ha.

Tabela 13
Caná-de-açúcar - Comparativo de área, produtividade e produção
Nordeste - Safra 2010/2011 - Safra 2011/2012

UF	Área (mil ha)			Produtividade (Kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra			Safra			Safra		
	2010/2011	2011/2012	Var%	2010/2011	2011/2012	Var%	2010/2011	2011/2012	Var%
Maranhão	42,1	39,6	-6,0	55.285	59.383	7,4	2.327,5	2.349,8	1,0
Piauí	13,3	13,9	4,7	62.973	70.660	12,2	836,9	982,9	17,4
Ceará	2,8	3,4	23,9	65.380	70.100	7,2	180,5	239,7	32,8
Rio Grande do Norte	65,7	62,3	-5,3	41.530	51.534	24,1	2.729,4	3.280,5	17,6
Paraíba	111,8	122,6	9,7	46.926	53.071	13,1	5.246,3	6.506,0	24,0
Pernambuco	346,8	326,1	-6,0	48.500	56.515	16,5	16.820,8	18.430,1	9,6
Alagoas	451,2	463,7	2,8	64.540	64.350	-0,3	29.120,4	29.835,9	2,5
Sergipe	37,0	37,3	0,7	54.760	66.000	20,5	2.025,6	2.459,2	21,4
Bahia	42,6	51,4	20,6	65.590	68.300	4,1	2.792,2	3.507,9	25,6
Nordeste	1.113,2	1.120,1	0,6	55.764	60.279	8,1	62.079,4	67.520,0	8,8

Fonte: CONAB, 2011

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

1.3 Alagoas

De acordo com dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA Alagoas produziu, aproximadamente, 432 hectares de abacaxi em 2011, principalmente na microrregião de Arapiraca.

A safra do abacaxi registrou, em 2011, uma queda na produção em relação ao mesmo período de 2010. O resultado deve-se, principalmente, a dificuldade de financiamento para a região de Arapiraca que ficou fora do zoneamento agropecuário publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Os agricultores familiares do município que cultivam abacaxi não têm financiamento para custeio da plantação. Entretanto, o rendimento médio apresentou um desempenho positivo de (3,9%) em relação à safra de 2010. A produção da cultura no estado passou de 11.233 toneladas em 2010 para 8.844 toneladas em 2011, apresentando uma variação de (-21,3%) na produção.

O algodão herbáceo é uma importante alternativa de cultivo para a região semiárida do Estado de Alagoas, onde está localizada a maioria das áreas de produção dessa cultura. No que se refere à safra em 2011, o algodão apresentou uma redução (-50,5%) na produção em comparação a safra de 2010. A produção de algodão branco sofreu redução por não apresentar lucratividade para os produtores, e também dificuldade para comercialização.

A produção de arroz apresentou um acréscimo (17,8%) na safra 2011 quando comparada a safra anterior. Em 2010 foram registradas 17.990 toneladas de arroz e 21.190 toneladas em 2011. A cultura do arroz no estado de Alagoas aumentou sua produção devido a recuperação da infraestrutura de irrigação e drenagem dos perímetros irrigados da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), e do governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Agrário (Seagri/AL), que realiza a doação de sementes selecionados e também oferta de Assistência Técnica aos produtores.

Com relação à produção de banana, houve um decréscimo de (-0,9%) na safra de 2011 em comparação à safra de 2010 passando de 48.504 toneladas para 48.051 toneladas em 2011. Esta redução na produção foi justificada pelas pragas que estão atacando a banana comprida causando a morte de bananeiras na zona rural de Santana do Mundaú, município da Zona da Mata alagoana. Porém no que se trata do rendimento médio da cultura, houve um acréscimo de (2,2%) na safra de 2011 em comparação a safra anterior.

A safra da cana-de-açúcar em Alagoas no ano de 2011 apresentou um crescimento de (14,1%) em relação ao mesmo período de 2010, esta produção passou 25.707.782 para 29.342.738 toneladas em 2012. Os fatores que influenciaram esse crescimento no setor foram: o clima favorável, as melhorias no trabalho de irrigação e a modificação de variedades de cana que permitem um crescimento na produção por intermédio da tecnologia.

A produção de coco-da-baía é praticada com maior incidência nos 230 km do litoral alagoano, mas com o avanço urbanístico ocorrido em todos os municípios, ela sofreu redução significativa. Este fato tem imposto as indústrias beneficiadoras instaladas no Estado a importarem o produto ou da Região Norte do País ou do continente africano. A produção de coco-da-baía no ano de 2011 apresentou uma variação de (-6,6%), passando de 58.928 toneladas em 2010 para 55.048 toneladas em 2011. Com as pragas e doenças que atingiram os coqueirais além da falta de acesso a linhas de financiamento, adubação, irrigação e a carência de assistência técnica houve uma redução na produção de coco-da-baía.

A cultura do feijão no Estado de Alagoas é explorada pelas unidades produtivas familiares constituídas, na sua maior parte, de pessoas de baixa renda, desprovida de

recursos financeiros suficientes para desempenhar suas atividades, razão maior de sua dependência ao Setor Público.

A safra de feijão, em 2011 apresentou um desempenho negativo, uma vez que, houve um decréscimo de (-13,5%) no rendimento médio em relação a safra anterior. Assim como uma redução na produção passando de 23.447 toneladas em 2010 para 20.771 toneladas no ano de 2011. Este resultado negativo foi causado pelas condições climáticas não favoráveis, ou seja, um inverno atípico que provocou a perda de sementes prejudicando a floração e impedindo o desenvolvimento das vagens. Os grãos colhidos foram de pouca qualidade, diminuindo ainda mais o preço da venda.

De acordo com os dados do IBGE a produção de fumo no Estado de Alagoas, na safra 2011 apresentou uma variação de (-26,2%) na produção passando de 20.193 toneladas em 2010 para 14.898 toneladas em 2011. Porém, a cultura não apresentou um rendimento médio favorável, registrando um decréscimo de (-14,4%) saindo de 1.581 kg/ha em 2010 para 1.354 kg/ha de 2011. Esta redução na produção do fumo foi devido ao excesso de umidade que danificou as folhas de fumo no processo de secagem, provocando uma queda na qualidade do produto e também uma redução no preço.

Ressalta-se o declínio no consumo do fumo nos últimos anos, em virtude dos já comprovados malefícios a saúde. Destarte, o custo de mão-de-obra para o plantio vem aumentando nos últimos anos, gerando um desestímulo a cultura.

Alagoas vem sobressaindo-se no cenário nacional com o cultivo peculiar de laranja lima, que é representado pela região do “Vale do Mundaú” abrangendo cinco municípios, destacando-se Santana do Mundaú responsável por cerca de (90%) da produção. O cultivo da laranja lima tem apresentado baixa produtividade em decorrência do manejo agrícola extrativista.

A safra da laranja em 2011 sofreu um decréscimo na produção correspondente a uma variação de (-0,3%) em relação à safra anterior. O rendimento médio da cultura foi de 10.900 kg/ha em 2010 e 11.076 kg/ha no ano 2011. Os principais problemas desta cultura é a escassez de assistência técnica como também o manejo nos pomares de forma extrativista aliado às limitações tecnológica utilizada no plantio.

A região Agreste do Estado de Alagoas conta com cerca de 26 mil pequenos produtores de mandioca. São aproximadamente 20 mil hectares utilizados para o plantio, com produtividade média de 15 toneladas por hectare.

Segundo dado do IBGE para o ano de 2010, os municípios que mais se destacaram na produção de mandioca no estado são: Arapiraca, Taquarana, e Girau do Ponciano.

Em 2011, houve um aumento de (3,2%) do rendimento médio do produto passando 15.074 kg/ha para 15.559 kg/ha. A produção da mandioca em Alagoas registrou um decréscimo de (-13,4%), passando de 318.757 toneladas em 2010 para 275.892 toneladas na safra 2011. Estes resultados na produção de mandioca teve como consequência a carência na estrutura de armazenamento da agricultura familiar, a necessidade de assistência técnica permanente e um laboratório localizado dentro do estado para a análise química, física e bacteriológica dos produtos comercializados, atualmente realizadas em Brasília, para melhorar a cadeia produtiva da região.

É importante o fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca, como meio para garantir a ocupação do campo, a segurança alimentar e a geração de renda aos agricultores familiares do Agreste e demais regiões do Estado.

A produção do milho no Estado de Alagoas apresentou resultados satisfatórios na safra 2011 em relação a 2010. A área de 50.161 hectares de milho com uma produção de 42.737 toneladas, o que corresponde a uma variação de (30,4%) em relação à safra anterior. Vários fatores contribuíram para a boa produtividade do milho, sendo os mais importantes, o uso das técnicas adequadas, sementes de origem conhecida, adubação e espaçamento correto, e também a assistência técnica para orientação ao agricultor no manejo do plantio.

Tabela 14									
Produção Agrícola									
Estado de Alagoas									
Produtos	Safrá 2010			Safrá 2011 - Dezembro			Variações (%)		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área Colhida ou a Colher (ha)	Produção Obtida ou Esperada (t)	Rend. Médio Obtida ou Esperada (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/ha)
Abacaxi	570	11.233	19.707	432	8.844	20.472	-24,2	-21,3	3,9
Algodão herbáceo (em caroço)	1.189	327	275	545	162	297	-54,2	-50,5	8,0
Arroz (em casca)	3.020	17.990	5.957	3.175	21.190	6.674	5,1	17,8	12,0
Banana	4.087	48.504	11.868	3.962	48.051	12.128	-3,1	-0,9	2,2
Cana-de-açúcar	416.065	25.707.782	61.788	435.398	29.342.738	67.393	4,6	14,1	9,1
Coco-da-baía	12.768	58.928	4.615	12.464	55.048	4.417	-2,4	-6,6	-4,3
Feijão (em grão)	53.719	23.447	436	55.167	20.771	377	2,7	-11,4	-13,5
Fumo (em folha)	12.769	20.193	1.581	11.003	14.898	1.354	-13,8	-26,2	-14,4
Laranja	4.219	45.987	10.900	4.141	45.866	11.076	-1,8	-0,3	1,6
Mandioca	21.146	318.757	15.074	17.732	275.892	15.559	-16,1	-13,4	3,2
Milho (em grão)	46.480	32.763	705	50.161	42.737	852	7,9	30,4	20,9

Fonte: CONAB, 2011

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

2. Indústria

2.1 Brasil

A Indústria Brasileira, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) apresentou um desempenho reduzido no setor, devido a uma desaceleração da produção (-1,0%), referente ao segundo semestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010. A indústria brasileira em 2011 apresentou um acréscimo de (0,3%), resultado bem abaixo do verificado em 2010 de (10,5%). Este desempenho ocorreu como consequência da desaceleração econômica, grande competição com produtos importados após a valorização do real, do nível reduzido de investimentos em inovações e da infraestrutura deficiente, dentre outros fatores. Ademais, o acúmulo indesejado de estoques, o crescimento dos salários acima do ritmo de expansão da produtividade do setor e o agravamento da crise nos EUA e na Europa, que aumentou a incerteza no ambiente econômico internacional².

Entre as atividades industriais, os impactos positivos mais expressivos sobre a média global foram principalmente os veículos automotores (2,4%) e de outros equipamentos de transporte (8,0%), seguidos por indústrias extrativas (2,1%), minerais não metálicos (3,2%), equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, ópticos e outros (11,4%), produtos de metal (2,6%) e fumo (13,4%). Os destaques da produção foram: caminhões, caminhão-trator, veículos para transporte de mercadorias e chassis com motor para ônibus e caminhões; aviões e motocicletas; minérios de ferro; ladrilhos e placas de cerâmica, cimentos “*Portland*” e massa de concreto; relógios de pulso; estruturas de ferro e aço; e fumo processado. Por outro lado, os doze ramos que apontaram queda na produção foram: têxtil (-14,9%), outros produtos químicos (-2,1%), calçados e artigos de couro (-10,4%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-3,7%), pressionados pela menor fabricação dos seguintes itens: tecidos, fios e toalhas de banho, rosto e mãos de algodão; herbicidas para uso na agricultura; calçados de material sintético e de couro para uso feminino, tênis de couro; transformadores e motores elétricos.

² Desempenho das produções industriais brasileiras e gaúcha em 2011
Maria Lucrecia Calandro** Economista da FEE e Professora da PUCRS
Silvia Horst Campos*** Economista da FEE e Professora da PUCRS

No terceiro trimestre de 2011, o setor industrial repetiu o patamar de produção do período julho-setembro do ano passado (0,0%), mas ficou (0,8%) abaixo do nível assinalado no trimestre imediatamente anterior – série com ajuste sazonal. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, em trajetória descendente desde outubro do ano passado (11,8%), reduziu (0,7 %) na passagem de agosto (2,3%) para setembro (1,6%).

A produção do setor industrial no quarto trimestre de 2011 em comparação com igual período de 2010 sofreu uma redução de (-2,0%), o mesmo se verificou em relação ao trimestre imediatamente anterior (-1,4%) série com ajuste sazonal.

Os Indicadores da Produção Industrial por categorias de uso no último trimestre de 2011 mostram a desaceleração destas categorias: Bens de Capital (-1,4%), Bens Intermediários (-0,8%), Bens de Consumo Duráveis (-9,4%), Bens de Consumo Semi e Não Duráveis (-1,5%). Os motivos que explicam este comportamento da indústria brasileira em 2011 está relacionado à diminuição da competitividade devido ao Custo Brasil e a elevação do câmbio.

Tabela 15

Indicadores da produção industrial por categorias de uso

Índice trimestral (Base: igual trimestre do ano anterior)

Brasil – Acumulado de 2011

Categorias de Uso	Anos			
	2010		2011	
	3º tri	4º tri	3º tri	4º tri
Bens de capital	21,3	7,1	4,0	-1,4
Bens intermediários	8,7	3,9	-0,4	-0,8
Bens de consumo duráveis	2,4	1,5	-2,2	-9,4
Bens de consumo semi e não duráveis	4,8	1,7	-0,2	-1,5
Indústria geral	8,0	3,3	0,0	-2,0

Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Coordenação de Indústria
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

2.2 Nordeste

A Região Nordeste continuou com a mesma tendência da indústria brasileira, um movimento de retração. Segundo dados divulgados pelo IBGE, a forte retração (-4,7%) na participação da região Nordeste em 2011, foi devido aos seguintes fatores: concorrência com produtos importados; dificuldade de exportação por conta da crise internacional; apagão elétrico que atingiu a indústria petroquímica baiana em fevereiro e a queda da demanda doméstica.

Dentre os estados da Região Nordeste³ que foram atingidos pela queda na produção industrial devido a pouca diversificação dos setores destacam-se: Ceará (-11,7%), Bahia (-4,4%) e Pernambuco que não apresentou crescimento. Estes resultados foram influenciados em grande parte pela menor produção nos setores de outros produtos químicos, refino de petróleo e produção de álcool na indústria baiana, e nos setores têxtil, calçados e couro na indústria cearense.

A Região Nordeste apresentou sete dos onze setores pesquisados que assinalaram taxas negativas em 2011. Os principais impactos negativos foram dos segmentos têxteis (-24,2%), refino de petróleo e produção de álcool (-8,2%), produtos químicos (-5,6%) e calçados e artigos de couro (-13,3%). Além da menor produção de tecidos e fios de algodão; óleo diesel e naftas para petroquímica; etileno não saturado, polipropileno, policloreto de vinila e polietileno de baixa e alta densidade; e calçados de material sintético para uso feminino.

Por outro lado, o segmento de metalurgia básica (3,3%) foi o que mais contribuiu positivamente para a Região Nordeste, devido, sobretudo, ao bom desempenho da produção de óxido de alumínio e vergalhões de aços ao carbono.

Na análise trimestral, a indústria nordestina, ao recuar (-3,0%) no quarto trimestre de 2011, apontou o quinto resultado negativo consecutivo, com redução desde o primeiro trimestre de 2011 com uma variação de (-6,7%), ambas as comparações com igual período do ano anterior. A redução na intensidade de queda na passagem do terceiro (-4,3%) para o quarto trimestre de 2011 foi observada em seis dos onze ramos investigados, com destaque para o setor têxtil, que passou de (-29,5%) no terceiro trimestre para (-25,6%) no quarto, metalurgia básica de (-0,3%) para (6,6%) e produtos químicos de (2,6%) para (5,5%).

Tabela 16				
Indicadores da produção industrial				
Índice trimestral (Base: igual trimestre do ano anterior)				
Brasil – Acumulado de 2011				
Locais	Trimestre			
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto
Brasil	2,8	0,6	0,0	-2,0
Nordeste	-6,7	-4,8	-4,3	-3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Coordenação de Indústria
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

³ A Pesquisa Industrial Mensal –PIM, no nordeste abrange os estados: Bahia, Ceará e Pernambuco.

2.3 Alagoas

A indústria alagoana é analisada com base nos dados divulgados pela pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) intitulada “Indicadores de Desempenho”. Assim, a produção industrial alagoana acumulou crescimento de (1,49%) em 2011 nas vendas reais. Este desempenho é resultado do aquecimento da demanda em função da expansão da massa salarial, a chegada do verão aliado às festas natalinas e as férias escolares.

Em relação à dinâmica industrial, ao se comparar o desempenho da indústria alagoana de (1,49%) com a nacional que apresentou uma variação de (0,3%), mostra que Alagoas atravessou a crise em condições melhores, tanto no setor interno como externo.

O faturamento real da indústria alagoana registrou saldo positivo de (1,49%) em vendas, o emprego industrial apresentou um acréscimo de (10,44%). A variável hora trabalhada e o custo das operações industriais registraram uma redução de (-27,13%) e (-12,45%), respectivamente. A remuneração paga na indústria apresentou uma expansão de (27,40%), no acumulado do ano de 2011.

Tabela 17	
Faturamento real da indústria	
Alagoas - Acumulado de 2011	
Variáveis	Acumulado de 2011
Vendas reais	1,49
Custo das Operações Industriais (COI)	-12,45
Pessoal empregado	10,44
Horas trabalhadas	-27,13
Remunerações pagas	27,40

Fonte: FIEA

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

O desempenho da indústria alagoana nos diversos gêneros apresentou em alguns setores resultados positivos como: minerais não-metálicos (7,36%), material de transporte (8,51%), indústria mecânica (2,67%), e o setor sucroenergético (10,86%).

Como verificado, os setores que obteve o maior desempenho foi o sucroenergético, resultado dos altos índices pluviométricos da última safra e a parceria do setor com a RIDESA (Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro) que proporcionou o desenvolvimento de 15 variedades genéticas, estimulando o aumento da produtividade agrícola. Ademais, à permanência do câmbio

valorizado em 2011, e a expansão das vendas da indústria sucroenergética foram benéficos ao setor.

Os setores que obtiveram resultados negativos na indústria foram: produtos alimentares e bebidas (-3,04%), têxtil (-40,65%), vestuários e calçados (-44,02%), editorial de gráfica (-5,85%), extração e tratamento de minerais (-10,07%), madeira (-12,87%), papel, papelão e celulose (-18,62%), produtos de matérias plásticas e borracha (-19,04%), metalúrgicas e siderúrgicas (-27,67%) e indústrias diversas e mobiliário (-14,10%). No setor químico houve uma redução de (0,40%) observando uma desaceleração do nível de atividade da indústria nos últimos seis meses do ano de 2011 comparado com 2010, quando se registrou crescimento, enquanto 2011 apresentou um ano de estabilização.

Tabela 18	
Alagoas - Variações (%) das vendas em 2011	
(Base Fixa (IBF: Nov/2006); Deflator: IPA/OG-FGV)	
Gêneros	Acumulado de 2011
Produtos alimentares e bebidas	-3,04
Têxtil	-40,65
Minerais não-metálicos	7,36
Vestuário e calçados	-44,02
Material de transporte	8,51
Editorial de gráfica	-5,85
Extração e tratamento de minerais	-10,07
Madeira	-12,87
Papel, papelão e celulose	-18,62
Produtos de matérias plásticas e borracha	-19,04
Metalúrgicas e siderúrgicas	-27,67
Indústrias diversas e mobiliário	-14,10
Química	-0,40
Indústria mecânica	2,67
Sucroenergético	10,86
Total da Indústria	1,49
Total da Indústria (sem setor sucroalcooleiro)	-4,96

Fonte: FIEA

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

3. Balança Comercial

3.1 Brasil

A balança comercial brasileira obteve crescimento recorde no acumulado de 2011. As exportações brasileiras apresentaram valor de US\$ 256 bilhões, um crescimento de (26,80%) sobre o mesmo período de 2010, que registrou um saldo de US\$ 201 bilhões. As importações somaram US\$ 226 bilhões, com aumento de (24,46%) sobre o mesmo período do ano anterior, onde foram computados US\$ 181 bilhões em produtos importados. Estes crescimentos significativos indicam a solidez da progressiva inserção brasileira no comércio internacional.

O superávit comercial no acumulado do ano totalizou US\$ 29,796 bilhões, valor (47,89%) superior ao de US\$ 20,146 bilhões registrado em 2010 e também o melhor desempenho verificado em quatro anos, desde 2007 obtendo saldo de US\$ 40 bilhões. Os resultados foram puxados pelas vendas de produtos básicos (minério de ferro, soja e petróleo), principalmente para a China.

Tabela 19
Saldo da Balança Comercial
Brasil - Acumulado de 2011
US\$ 1.000 FOB

Período	Exportação			Importação			Saldo	
	2010	2011	Var (%)	2010	2011	Var (%)	2010	2011
Janeiro	11.305.066	15.214.352	34,58	11.485.733	14.816.117	29,00	-180.666	398.235
Fevereiro	12.197.237	16.732.470	37,18	11.808.086	15.538.145	31,59	389.151	1.194.324
Março	15.727.499	19.285.976	22,63	15.055.315	17.734.390	17,79	672.183	1.551.586
Abril	15.161.211	20.172.976	33,06	13.878.956	18.311.799	31,94	12.822.550	1.861.177
Mai	17.702.500	23.208.656	31,10	14.252.236	19.684.260	38,11	3.450.263	3.524.396
Junho	17.093.911	23.689.078	38,58	14.827.292	19.259.219	29,89	2.266.618	4.429.859
Julho	17.672.924	22.251.876	25,91	16.329.294	19.113.624	17,05	1.343.629	3.138.252
Agosto	19.236.252	26.158.507	35,99	16.845.865	22.280.325	32,26	2.390.387	3.878.182
Setembro	18.832.790	23.285.058	23,64	17.761.624	20.212.515	13,80	1.071.166	3.072.542
Outubro	18.380.418	22.139.952	20,45	16.553.985	19.785.483	19,52	1.826.432	2.354.469
Novembro	17.687.332	21.773.462	23,10	17.395.959	21.195.201	21,84	291.372	578.260
Dezembro	20.918.140	22.127.203	5,78	15.574.077	18.312.326	17,58	5.344.063	3.814.877
Total	201.915.280	256.039.574	26,80	181.768.427	226.243.408	24,46	20.146.857	29.796.165

Fonte: MDIC - SECEX

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

Entre os pontos favoráveis ao comércio externo brasileiro estão os incentivos governamentais em vigor, o real menos forte em relação ao dólar, preços ligeiramente

estáveis de matérias-primas agrícolas e minerais e taxas de crescimento aceleradas nos mercados emergentes.

Segundo o Banco Central do Brasil, o desempenho foi favorecido por fatores macroeconômicos como a desvalorização da moeda nacional (comparativamente a 2010) registrada a partir de agosto de 2011. A desvalorização chegou a compensar parte do declínio dos preços internacionais de *commodities* como café (-5,7%), soja (-14,0%), suco de laranja (-1,9%) e açúcar (-27,5%) observado no acumulado de 2011.

Na comparação com 2010, às vendas de produtos básicos cresceram (36,1%), e os semimanufaturados e os manufaturados expandiram em, respectivamente, (27,7%) e (16,0%). O grupo de produtos industrializados respondeu por metade do total exportado pelo Brasil no ano de 2011.

Contribuíram para o aumento do saldo comercial, as exportações de minério de ferro (16,33%) e petróleo (8,44%). Além de soja (6,38%), sobretudo para o mercado chinês, açúcar de cana (4,51%), café (3,12%), dentre outros produtos que podem ser conferidos na tabela 21.

Tabela 20				
Os 10 principais produtos exportados				
Brasil - Janeiro / Dezembro de 2011				
				US\$ F.O.B
Discriminação	2011	Part. (%)	2010	Part. (%)
Minérios de ferro e seus concentrados	41.817.251.122	16,33	28.911.882.009	14,32
Óleos brutos de petróleo	21.603.300.384	8,44	16.151.047.206	8,00
Soja mesmo triturada	16.327.286.538	6,38	11.042.999.979	5,47
Açúcar de cana, em bruto	11.548.785.770	4,51	9.306.850.558	4,61
café cru em grão	7.999.955.377	3,12	5.181.628.351	2,57
Carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, incl. Miúdos	7.063.213.913	2,76	5.789.272.946	2,87
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	5.697.860.082	2,23	4.719.373.240	2,34
Pastas químicas de madeira	4.984.783.524	1,95	4.750.530.537	2,35
Produtos semifaturados de ferros ou aços	4.636.940.116	1,81	2.592.072.078	1,28
Automóveis de passageiros	4.375.647.597	1,71	4.416.526.927	2,19

Fonte: MDIC - SECEX

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

Do lado das importações, as compras de matérias-primas e intermediários representaram (45,1%) da pauta total, e as de bens de capital, (21,2%), demonstrando que a pauta brasileira de importação é fortemente vinculada a bens direcionados à atividade produtiva. As importações de bens de consumo representaram (17,7%) e as de

combustíveis e lubrificantes (16,0%). Sobre 2010, a categoria de combustíveis e lubrificantes foi a que registrou maior crescimento, de (42,8%), seguida de bens de consumo (27,5%), matérias-primas e intermediários (21,6%) e bens de capital (16,8%).

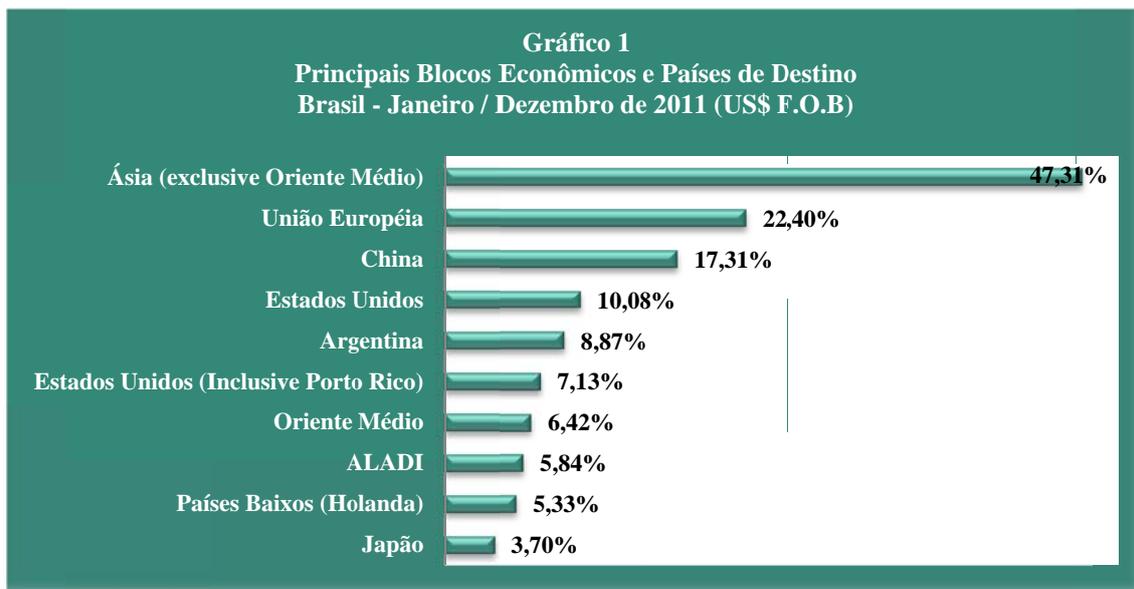
Tabela 21				
Os 10 principais produtos importados				
Brasil - Janeiro / Dezembro de 2011				
	US\$ F.O.B			
Discriminação	2011	Part. (%)	2010	Part. (%)
Petróleo em bruto	14.080.608.610	6,22	10.092.805.968	5,55
Automóveis de passageiros	11.891.443.314	5,26	8.543.419.808	4,70
Óleos combustíveis	7.882.182.382	3,48	5.202.616.608	2,86
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	6.317.630.651	2,79	5.232.893.189	2,88
Medicamentos para medicina humana e veterinária	5.873.265.500	2,60	5.639.934.323	3,10
Naftas	4.788.953.170	2,12	3.629.268.098	2,00
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	4.384.429.761	1,94	3.994.293.100	2,20
Hulha, mesmo em pó, mas não aglomeradas	4.294.252.487	1,90	2.926.489.028	1,61
Partes de aparelhos transmissores ou receptores	3.621.277.726	1,60	3.224.604.684	1,77
Cloreto de potássio	3.503.224.036	1,55	2.234.386.096	1,23

Fonte: MDIC - SECEX

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

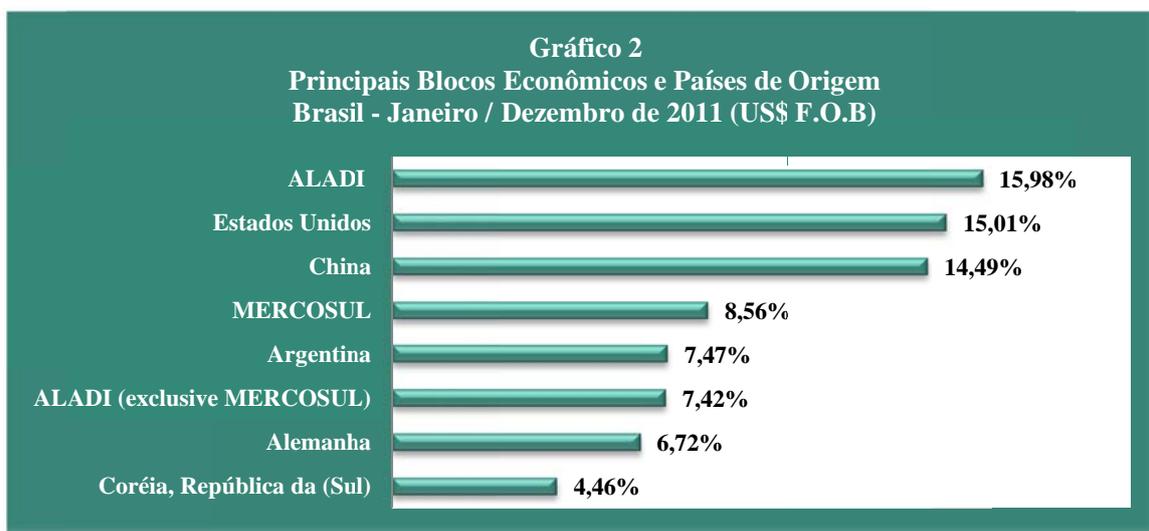
Analisando os dados do comércio exterior, abertos pelos principais parceiros comerciais brasileiros, percebe-se que houve aumento das vendas brasileiras para todos os principais blocos econômicos, com destaque para as vendas à Ásia, que aumentou sua participação para (47,31%), garantindo à região a primeira posição de mercado comprador de produtos brasileiros em 2011, superando a União Europeia, Estados Unidos e Oriente Médio que também aumentaram sua participação para (22,40%), (7,13%), (6,42%), respectivamente.

A China foi o país que obteve maior participação nas compras dos produtos brasileiros em 2011, registrando (17,31%), o que equivale a US\$ 44 bilhões. O país ficou a frente dos Estados Unidos e da Argentina que registraram (10,08%) e (8,87%), respectivamente.



Fonte: MDIC - SECEX
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

Referente às importações brasileiras os Estados Unidos (15,01%), a China (14,49%) e a Argentina (7,47%) foram os países que mais venderam ao Brasil. ALADI e MERCOSUL foram os blocos econômicos que obtiveram destaque na pauta de importação brasileira, registrando, respectivamente, (15,98%) e (8,56%).



Fonte: MDIC - SECEX
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

3.2 Nordeste

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), a balança comercial da região Nordeste encerrou o ano de 2011, com um déficit de US\$ 5.325,4 milhões, decorrente de US\$ 18.830,3 milhões exportados e US\$ 24.155,8 milhões importados. No ano de 2011, as importações aumentaram

(37,4%) e as exportações (18,7%); em 2010, essas variações foram de (36,6%) e (18,7%), respectivamente.

É importante salientar que a região se mostrou sensível à apreciação cambial registrada entre 2009 e 2011, período em que a balança comercial nordestina apresentou resultados declinantes. Com o real forte ante ao dólar e com a maior demanda do mercado consumidor por produtos acabados e semi-acabados no mercado interno, como derivados de petróleo e equipamentos médicos, as importações dispararam na região.

Todos os estados nordestinos, exceto o Rio Grande do Norte (-1,2%), apresentaram crescimento de suas exportações em 2011. Sergipe (59,8%), com vendas aproximadas de US\$ 122,4 milhões, Alagoas (41,2%), total de US\$ 1,4 bilhão, Piauí (27,2%), para um total de US\$ 164,3 milhões, Bahia (24,0%), US\$ 11 bilhões, Ceará (10,5%), US\$ 1,4 bilhão, Maranhão (4,3%), US\$ 3 bilhões, Pernambuco (7,8%), para US\$ 1,2 bilhão e Paraíba (3,4%), para US\$ 225,2 milhões.

Tabela 22			
Saldo da Balança Comercial			
Região Nordeste - Janeiro / Dezembro de 2011			
			US\$1.000 F.O.B
Estados da Federação	Exportação	Importação	Saldo
Alagoas	1.371.547	451.519	920.028
Bahia	11.016.299	7.767.257	3.249.043
Ceará	1.403.296	2.403.329	-1.000.033
Maranhão	3.047.103	6.281.387	-3.234.284
Paraíba	225.191	1.018.043	-792.852
Pernambuco	1.198.969	5.531.500	-4.332.531
Piauí	164.346	158.334	6.012
Rio Grande do Norte	281.181	242.598	38.584
Sergipe	122.399	301.784	-179.385
Região Nordeste	18.830.331	24.155.751	-5.325.418

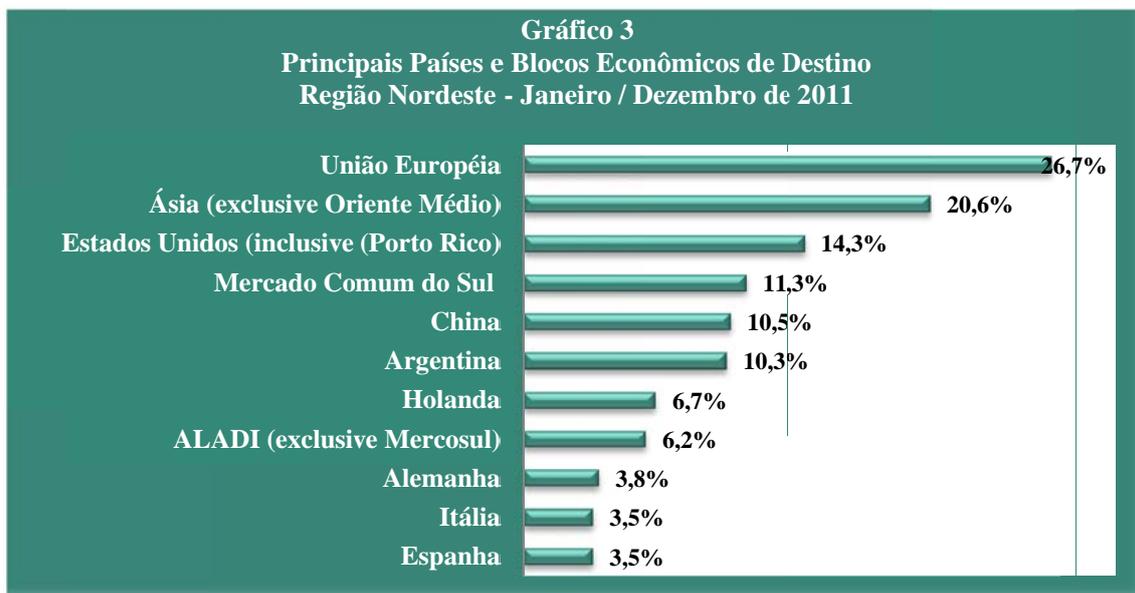
Fonte: MDIC - SECEX

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

Em 2011, o Nordeste obteve (7,3%) das exportações brasileiras, o que equivale a US\$ 18.830,3 milhões e um aumento de (18,67%) em relação a 2010, que registrou US\$ 15.867,7 milhões. Dentre os principais produtos exportados pela região destacam-se: algodão, com expansão de (107,2%), comparativamente a 2010; produtos químicos inorgânicos (80,0%); ferro fundido, ferro e aço (72,0%); sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (51,2%) e combustíveis óleos e ceras minerais (50,7%).

Em relação aos principais países e blocos econômicos de destino das exportações nordestinas, a União Europeia coloca-se como o principal comprador com

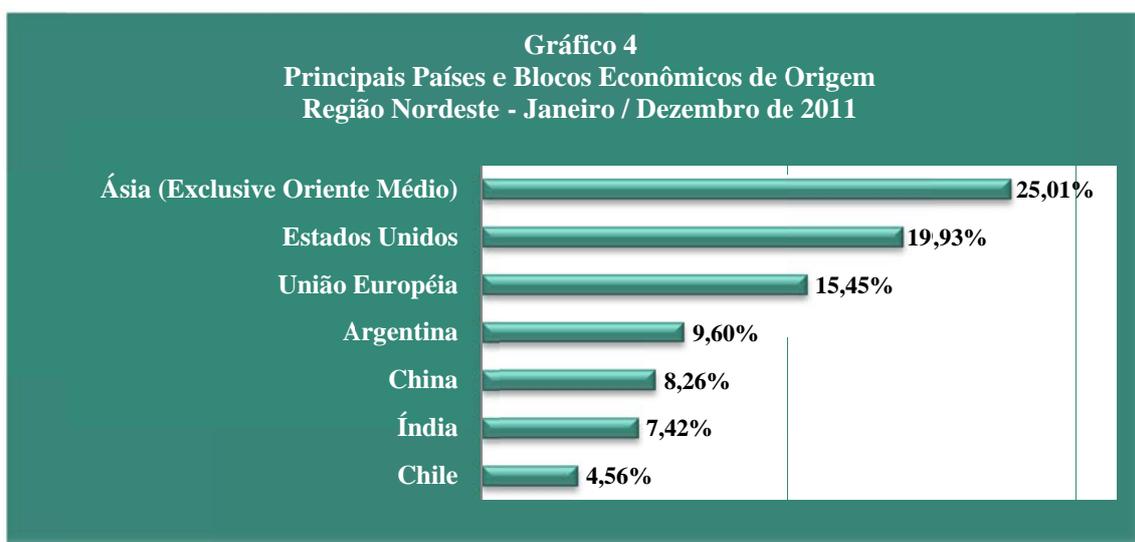
pouco mais de um quarto do total (26,7%), seguida da Ásia e dos Estados Unidos que obtiveram uma participação de (20,6% e 14,3%), respectivamente.



Fonte: MDIC - SECEX
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

As importações nordestinas cresceram (37,4%) em relação a 2010. Dentre os principais produtos importados, houve aumento nas compras de combustíveis e lubrificantes (63,2%), matérias-primas e produtos intermediários (29,6%), bens de consumo (28,1%) e bens de capital (16,1%).

Dentre os maiores mercados fornecedores, os Estados Unidos ainda são o país que detém a maior participação com (19,93%). Em seguida destacaram-se Argentina (9,60%), China (8,26%), Índia (7,42%) e Chile (4,56%). A Ásia foi o bloco econômico como maior participação registrando (25,01%).



Fonte: MDIC - SECEX
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

3.3 Alagoas

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), através da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), a balança comercial alagoana fechou o ano de 2011 com um superávit de US\$ 920.026 milhões. O Estado obteve uma expansão de (41,24%) em participação no mercado externo em 2011. O número mostra o desenvolvimento em Alagoas nos últimos anos. Entretanto, Alagoas representa (3,09%) do saldo da balança comercial nacional, uma participação pequena, porém crescente.

Tabela 23								
Saldo da Balança Comercial								
Alagoas - Janeiro / Dezembro de 2011								
US\$ 1.000 F.O.B								
Mês	Exportações			Importações			Saldo	
	2010	2011	Var (%)	2010	2011	Var (%)	2010	2011
Janeiro	106.941	167.307	56,45	12.650	35.256	178,7	94.291	132.051
Fevereiro	164.098	140.819	-14,18	14.408	23.745	64,8	149.690	117.074
Março	102.829	254.214	147,22	15.061	31.351	108,16	87.767	222.863
Abril	70.491	177.386	151,64	16.205	31.895	96,82	54.286	145.491
Mai	79.743	49.537	-37,87	12.316	45.801	271,88	67.427	3.735
Junho	23.326	11.088	-52,46	52.500	36.745	-30	-29.174	-25.657
Julho	9.809	20.809	112,14	21.440	33.127	54,51	-11.631	-12.318
Agosto	13.619	758	-94,43	16.230	29.782	83,49	-2.610	-29.024
Setembro	16.922	3.271	-80,67	13.309	28.202	111,9	3.613	-24.931
Outubro	48.247	164.887	241,75	12.924	46.736	261,62	35.323	118.151
Novembro	168.800	157.793	-6,52	23.636	48.060	103,33	145.164	109.733
Dezembro	166.189	223.678	34,59	36.819	60.820	65,18	129.370	162.858
Total	971.015	1.371.547	41,24	247.498	451.520	82,43	723.516	920.026

Fonte: MDIC - SECEX
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

As vendas externas passaram de US\$ 304,4 milhões, em 2001, para US\$ 1,37 bilhões, em 2011, o que corresponde a um crescimento de (350%) do setor na década. Produtos derivados da indústria da cana-de-açúcar e da indústria química compõem a pauta dessas exportações que na comparação setorial ultrapassou o Estado de Pernambuco, o qual registrou apenas (7,77%) no mesmo período.

Os principais produtos exportados em Alagoas integram o setor sucroenergético, que correspondem mais de (98,0%) do valor das exportações. Os altos índices pluviométricos da última safra contribuíram para a irrigação dos canaviais, o que ocasionou uma produtividade elevada do setor. A parceria com a Rede Interuniversitária

para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro (Ridesa), nos últimos dois anos, desenvolveu em torno de 15 variedades genéticas da cana-de-açúcar, estimulando ainda mais a produção.

Tabela 24
Os 10 principais produtos exportados
Alagoas - Janeiro / Dezembro de 2011

US\$ F.O.B

Discriminação	US\$ F.O.B			
	2011	Part (%)	2010	Part (%)
Açúcar de cana, em bruto	1.193.081.172	86,99	775.621.849	79,88
Alcool etílico n/desnaturado c/vol.teor alcoo	101.664.022	7,41	69.298.086	7,14
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose	52.858.028	3,85	70.966.754	7,31
Dicloreto (cloreto de etileno)	7.414.874	0,54	39.144.859	4,03
Outros alcool etílico n/desnaturado	5.709.275	0,42	---	---
Fumo n/manufat. n/destal. Em folhas secas	5.175.034	0,38	2.177.997	0,22
Outros fumos não manufacturados, não destalados	1.678.474	0,12	1.240.655	0,13
Monofilamentos (Monofios)	1.184.722	0,09	26.106	---
Outras turbinas a vapor de potência < = 40MW	715.092	0,05	827.300	0,09
Sucos de outras frutas, prods. Hortícolas	542.526	0,04	508.640	0,05

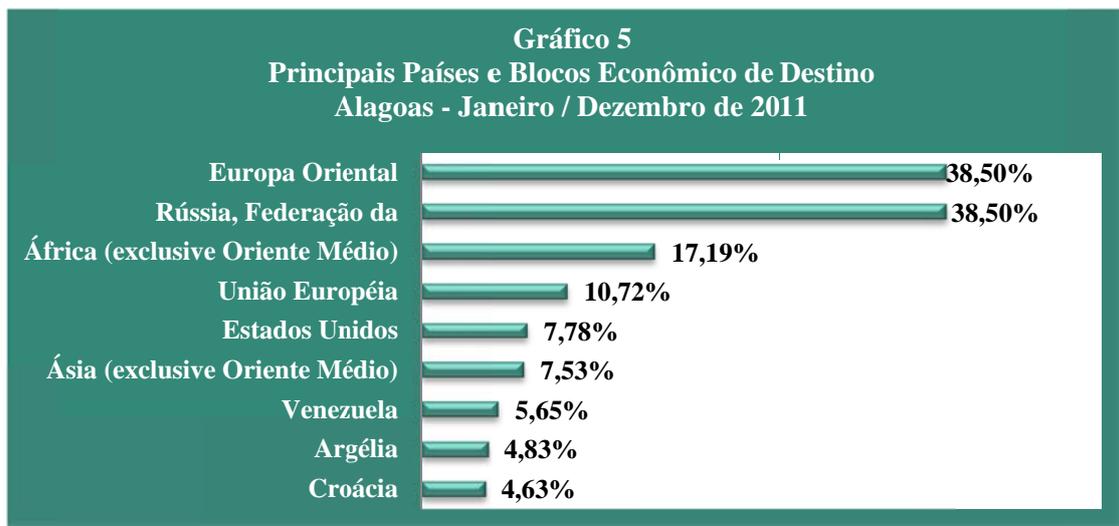
Fonte: MDIC - SECEX

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

O aumento considerável da receita deve-se aos altos preços da *commodity*, apesar do câmbio valorizado. Desde o ano de 2010 o açúcar vem sendo comercializado no exterior pelo maior preço registrado nos últimos trinta anos.

O setor químico, mesmo tendo recuado (81,75%) no volume de exportações, ainda corresponde a (0,54%) do total das exportações, ocupando o segundo lugar em desempenho nas exportações alagoanas.

As vendas realizadas pelo estado de Alagoas foram destinadas, especialmente, a Rússia que apresentou um total de (38,50%) das participações. Os Estados Unidos e Venezuela, também apresentaram uma participação considerável como principais países de destino das exportações do Estado, com (7,78%) e (5,65%) respectivamente. Em relação aos blocos econômicos, obtiveram destaque a Europa Oriental (38,50%), África (17,19%) e União Européia (10,72%).



Fonte: MDIC - SECEX
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

As importações alagoanas totalizaram um valor de US\$ 451.520 milhões no período de janeiro a dezembro de 2011, o que corresponde a um crescimento nominal de (82,43%) em relação ao mesmo período de 2010.

O produto mais importado pelo estado nesse período foi o álcool etílico desnaturado que obteve uma participação de (10,67%) na pauta de importação. Vale destacar que apesar de sua participação apresentar-se significativa, esta não possui grande relevância no somatório das importações Alagoanas; as compras de automóveis tiveram um grande crescimento em relação ao mesmo período de 2010: Passando de US\$ 889.466 mil, para US\$ 4.356.568 no período em análise, o que corresponde a um aumento de (389,80%).

Tabela 25

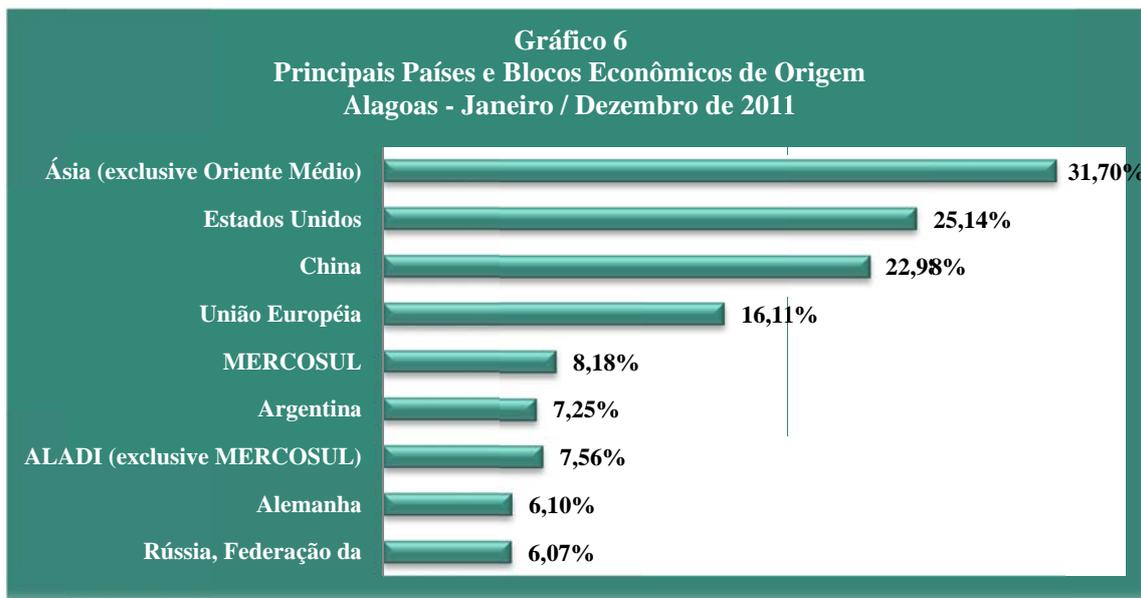
Os 10 principais produtos importados
Alagoas - Janeiro / Dezembro de 2011

Discriminação	2011	Part. (%)	US\$ F.O.B	
			2010	Part. (%)
Álcool etílico desnaturado c/qq. Teor alcoólico	48.163.274	10,67	8.542.897	3,45
Trigo (exc. Trigo duro ou p/semadura)	29.752.697	6,59	19.442.829	7,86
Policloreto de vinila, Obt. Proc. suspensão	20.669.970	4,58	10.472.377	4,23
Álcool etílico c/ teor água <= 1%	19.905.157	4,41	---	---
Sulfato de amônio	19.054.209	4,22	6.209.920	2,51
Outros cloretos de potássio	18.267.063	4,05	15.075.454	6,09
Diidrogeno-ortofosfato de amônio	18.245.088	4,04	9.281.166	3,75
Coque de petróleo não calcinado	16.450.165	3,64	6.621.085	2,68
Hidróxido de sódio em sol. Aquosa	12.356.123	2,74	---	---
Outros óleos de dendê	7.506.084	1,66	363.857	0,15

Fonte: MDIC - SECEX
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

Além dos Estados Unidos, outros países se destacaram nas importações alagoanas: China, Argentina, Alemanha e Rússia com (22,98%), (7,25%), (6,10%) e (6,07%) respectivamente.

No referente aos blocos econômicos, os maiores fornecedores foram: Ásia (31,70%), União Européia (16,11%), MERCOSUL (8,18%). Como pode ser visualizado no gráfico 6.

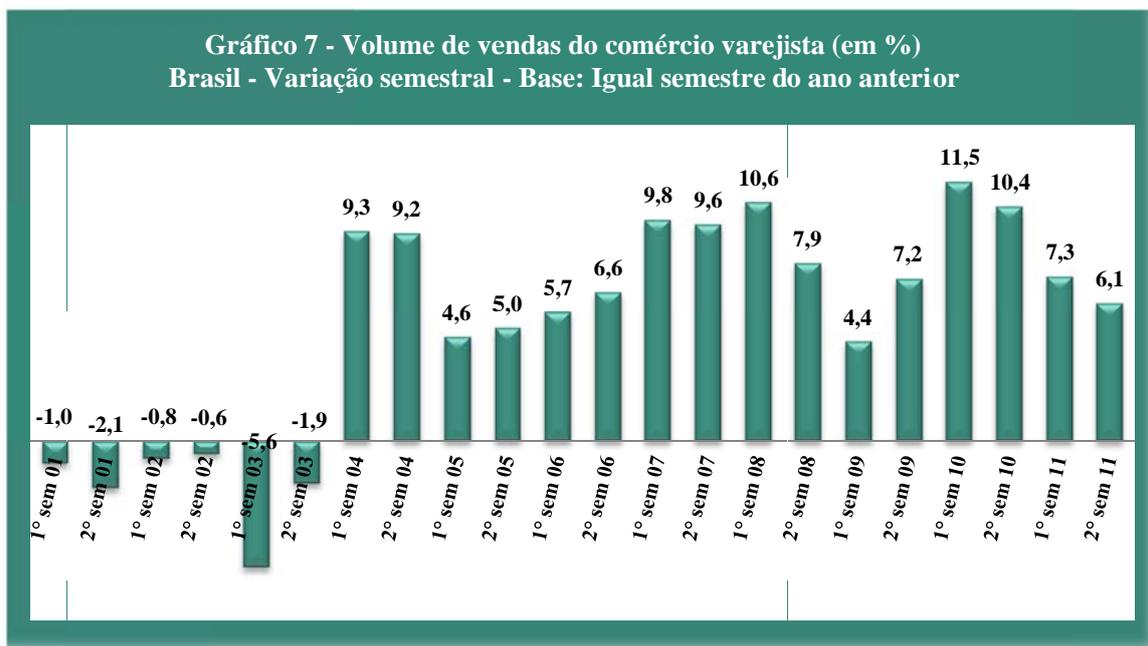


Fonte: MDIC - SECEX
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

4. Comércio Varejista e Varejista Ampliado

4.1 Brasil

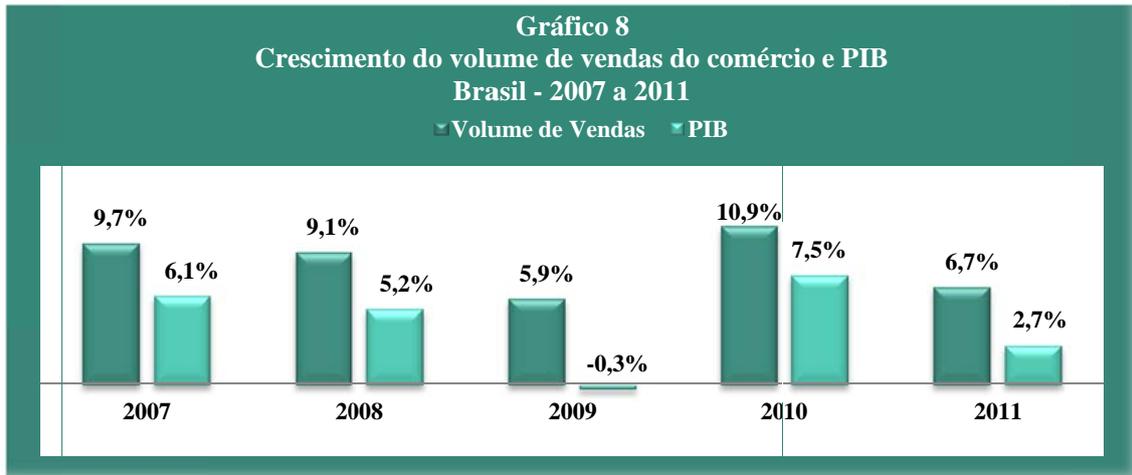
No Brasil, o comércio varejista apresentou, no segundo semestre de 2011, um crescimento de (6,1%) em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado foi inferior ao do primeiro semestre de 2011, o qual alcançou uma taxa de (7,3%), mostrando uma desaceleração do setor diante das medidas governamentais para enquadrar a variação dos preços na meta desejada, além de uma perspectiva de recessão no cenário internacional.



Fonte: IBGE
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

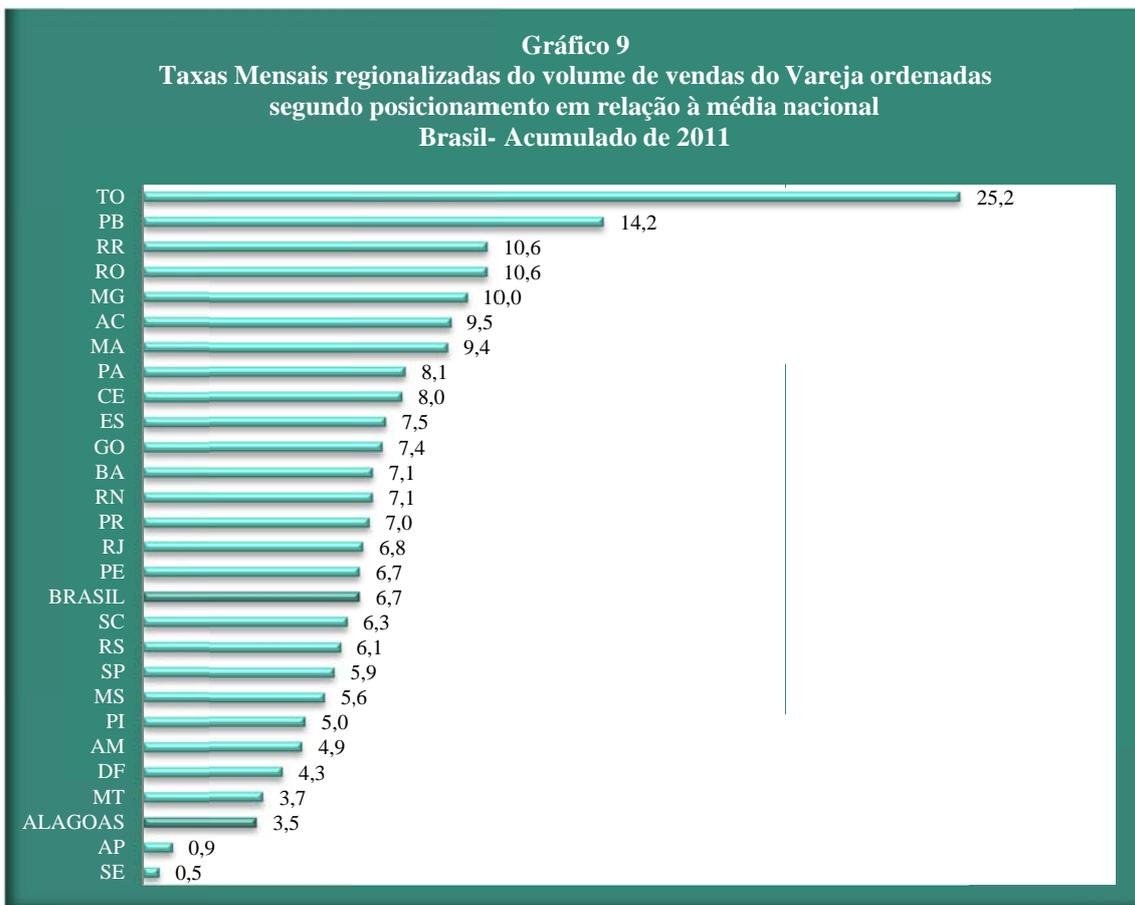
Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC-IBGE), o volume de vendas do comércio varejista brasileiro fechou o ano de 2011 com resultados acima da estimativa do Produto Interno Bruto (PIB). O varejo cresceu (6,7%), e o PIB teve alta de apenas (2,7%),⁴ ambos em relação ao ano de 2010.

⁴ Vale mencionar que as duas taxas de crescimento são reais, ou seja, já está descontada a inflação.



Fonte: IBGE
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

É importante destacar que o comércio varejista nos últimos anos, tem sido estimulado pelo dinamismo do mercado doméstico. Fatores como o crescimento do emprego e a expansão da massa salarial são as maiores causas desse dinamismo. Além dos reajustes dos pisos regionais, dos programas de transferências de renda e do crescimento do volume de crédito.



Fonte: IBGE
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

Os resultados do varejo foram positivos na maioria das unidades da Federação. Os aumentos mais expressivos no volume de vendas foram verificados nos estados do Tocantins (25,2%), da Paraíba (14,2%) e Roraima (10,6%).

Considerando os grupos de atividades do comércio varejista do Brasil, no fechamento do ano de 2011, a atividade de Móveis e eletrodomésticos obteve o maior impacto, registrando um aumento de (16,6%) em relação a 2010, o equivalente a (45,6%) da taxa anual do varejo. O desempenho positivo foi decorrente da manutenção do crescimento do emprego e do rendimento, assim como da redução dos preços, principalmente no que se refere aos eletrodomésticos⁵ e da disponibilidade de acesso ao crédito.

Tabela 26
Indicadores da receita nominal de vendas do comércio varejista e comércio varejista ampliado segundo grupos de atividades
Brasil - Acumulado de 2011

Atividades	Taxa Acumulada no Ano					
	Comércio Varejista			Comércio Varejista Ampliado		
	Composição da Taxa			Composição da Taxa		
	Taxa	Absoluta	Relativa	Taxa	Absoluta	Relativa
Taxa Global	6,7	6,8	100,0	6,6	6,6	100,0
Combustíveis e lubrificantes	1,6	0,1	1,5	1,6	0,1	1,1
Hiper, supermercados, prod. Alimentícios, bebidas e fumo	4,0	1,9	27,3	4,0	1,1	17
Tecidos, vest. e calçados	3,6	0,3	3,8	3,6	0,1	2,1
Móveis e eletrodomésticos	16,6	3,1	45,6	16,6	1,8	27,7
Artigos farmacêuticos, med., ortop. e de perfumaria	9,7	0,6	8,8	9,7	0,4	5,4
Equip. e mat. Para escritório informática e comunicação	19,6	0,5	7,5	19,6	0,3	4,5
Livros, jornais, ver. E papelaria	5,9	0,1	0,7	5,9	0,0	0,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	4,0	0,3	4,8	4,0	0,2	3,0
Veículos e motos, partes e peças	-	-	-	6,1	2,1	31,5
Material de construção	-	-	-	9,1	0,5	7,2

Fonte: IBGE

Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

O segmento de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo encerraram o ano de 2011 com uma expansão de (4,0%) no volume de vendas em relação ao ano anterior. O resultado corresponde a (27,3%) da taxa anual do varejo, o que levou o segmento a ter o segundo principal impacto no resultado anual do comércio

⁵ De acordo com o IPCA o subitem aparelhos eletroeletrônicos apresentou variação de (-5,4%), comparado com a inflação média do ano de 6,5%.

varejista. Essa expansão se reflete no aumento do poder de compra da população decorrente do aumento da massa de salário⁶ da economia e da expansão do crédito.

A terceira maior contribuição à taxa anual do comércio varejista no Brasil ficou a cargo do segmento de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, que assinalou um crescimento de (9,7%), em relação ao ano anterior. Os fatores que levaram aos bons resultados foram à estabilidade do emprego, expansão da massa de salários e a disponibilidade do crédito, somado ao caráter de uso essencial e permanente de seus produtos.

Logo em seguida com o quarto maior resultado, se destacou a atividade de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, a qual registrou acréscimo no volume de vendas de (19,6%) sobre o ano de 2010. Dentre os fatores que determinaram este desempenho vale destacar a expressiva queda de preços dos produtos de informática, bem como as medidas de incentivo do Governo para reduzir a exclusão digital.

O segmento de outros artigos de uso pessoas e doméstico, com o quinto maior impacto no resultado anual do comércio varejista, obteve uma participação de (4,8%) da taxa global, ao registrar uma variação de (4,0%) no volume de vendas no ano de 2011. Envolvendo segmentos como lojas de departamento, ótica, joalheira, artigos esportivos, brinquedos, etc., o desempenho desta atividade também foi influenciado pela evolução positiva da massa de salários e pelo crédito, assim como os outros segmentos.

A sexta maior contribuição para o comércio ficou a cargo do segmento de tecidos, vestuário e calçados, com uma variação de (3,6%) em relação ao ano anterior. O aumento de preço de vestuário é um dos fatores que vêm inibindo as vendas do segmento. Segundo o IPCA-Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, enquanto o índice geral de preços acumulou em doze meses uma taxa (6,5%), o subgrupo vestuário acumulou aumento de (8,3%).

O segmento de Combustíveis e lubrificantes com a sétima contribuição à taxa global do comércio varejista apresentou uma variação acumulada de (1,6%) em comparação com o ano anterior. A principal causa do resultado positivo se deu por conta do aumento dos preços dos combustíveis ao longo de 2011, que por sua vez, levou a certa inibição da demanda do setor.

⁶ Massa de salário que foi obtida pela melhora da renda e do emprego.

A oitava contribuição à taxa global ficou a cargo da atividade de Livros, jornais, revistas e papelaria, que registrou em 2011 uma variação acumulada de (5,9%) em relação a 2010. O desempenho positivo da renda e a diversificação na linha de produtos comercializados, principalmente pelas grandes redes de livrarias e papelarias, contribuíram para o bom resultado.

No que se trata do comércio varejista ampliado⁷, para os indicadores sem ajustamento, as variações ocorridas foram de (4,3%) na relação dezembro de 2011 e dezembro de 2010 e (6,6%) no acumulado do ano de 2011 para o volume de vendas, e de (6,4%) e (9,4%) para a receita nominal, respectivamente.

Para a atividade de veículos, motos, partes e peças, os resultados no volume de vendas foram de (-0,7%) na comparação entre dezembro de 2011 e dezembro de 2010, e de (6,1%) no acumulado do ano de 2011. Quanto à receita nominal de vendas as variações foram de (-2,6% e 4,6%), respectivamente. As medidas macroprudenciais tomadas em dezembro de 2010, em função da conjuntura internacional, foram as principais responsáveis para o desempenho da atividade.

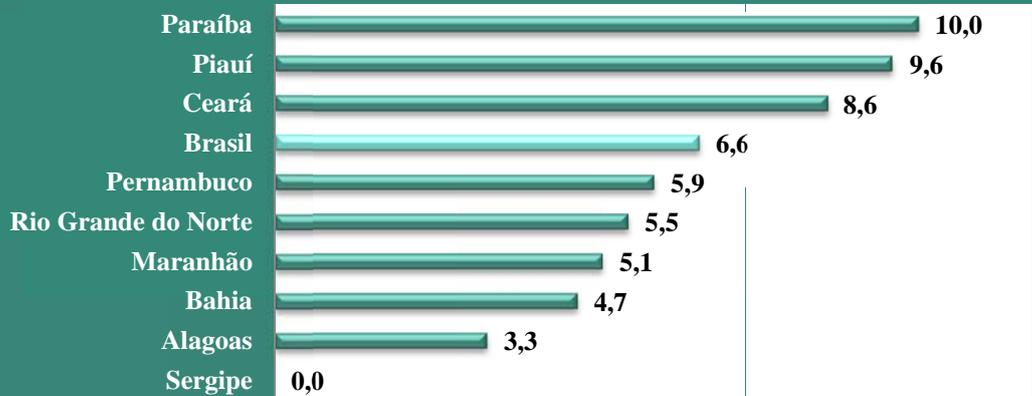
Para o volume de vendas, o segmento de material de construção obteve de (5,1%) sobre dezembro de 2010 e taxa de (9,1%) no acumulado do ano. Para a receita nominal de vendas os números apresentados foram de (7,5%) comparado com dezembro de 2010 e (12,9%) no acumulado do ano de 2011. As variáveis macroeconômicas como o emprego, massa salarial e crédito foram as que, principalmente, influenciaram esse resultado.

4.2 Nordeste

A Pesquisa Mensal do Comércio não consolida o desempenho do Comércio Varejista por região, apenas os resultados do Comércio Varejista Ampliado acumulado em 2011. De janeiro a dezembro de 2011, todos os estados nordestinos registraram variação positiva nas vendas do varejo ampliado, entretanto, apenas três desses estados obtiveram crescimento superior ao do Brasil de (6,6%), que foram: Paraíba com (10,0%), Piauí com (9,6%) e Ceará com (8,6%). Nos demais, o desempenho foi inferior ao nacional, sendo Sergipe o estado a apresentar o mais baixo índice, de (0,0%).

⁷ O comércio varejista ampliado é composto do varejo mais as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção.

Gráfico 10
Variação Acumulada (%) do Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado
Estados do Nordeste - Acumulado de 2011



Fonte: IBGE

Dados adaptados pela Seplande - Sinc

É importante destacar que a economia do Nordeste registrou, no fechamento do ano, uma expansão mais acentuada do que a observada em âmbito nacional. Essa evolução pode ser verificada nas taxas de crescimento anuais dos PIB da Bahia, (2,0%), Alagoas (4,6%), do Ceará, (4,3%), e de Pernambuco, (4,3%).

O bom desempenho do varejo foi influenciado pelo comportamento positivo da massa salarial real e da manutenção do emprego. Além desses fatores, com o propósito de alavancar as vendas dos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, o governo concedeu redução no IPI da linha branca.

4.3 Alagoas

A Pesquisa Mensal do Comércio divulgada pelo IBGE mostrou que as vendas no comércio varejista do Estado de Alagoas encerraram o ano de 2011 com um crescimento de (3,5%) em relação a 2010. Este percentual equivale à metade do desempenho apresentado pelo Brasil (6,7%). Sendo assim, o desempenho do Comércio Varejista alagoano ficou abaixo da média, ocupando, a vigésima quinta colocação entre as unidades da federação. Em relação ao mês de dezembro do referente ano, o Estado apresentou um desempenho de (0,9%) em comparação com o mês anterior.

Tabela 27
Índice e variação de volume de vendas do comércio varejista
Por unidade da federação - Acumulado de 2011

Unidades da Federação	Índice de Volume	Variação			Acumulada no ano
		out/11	nov/11	dez/11	
Maranhão	390,1	-0,4	11,8	10,6	9,4
Piauí	258,7	2,3	8,9	3,6	5,0
Ceará	300,9	7,0	3,0	4,2	8,0
Rio Grande do Norte	300,9	1,3	8,1	6,9	7,1
Paraíba	344,6	10,3	13,1	18,0	14,2
Pernambuco	268,4	3,2	7,0	5,0	6,7
Alagoas	354,4	1,3	1,1	2,5	3,5
Sergipe	288,3	-2,3	0,3	-2,8	0,5
Bahia	262,6	2,3	3,4	4,2	7,1
Brasil	250,8	4,2	6,7	6,7	6,7

Fonte: IBGE

Dados adaptados pela Seplande - Sinc

Os efeitos defasados do aperto monetário e das condições de crédito, a alta da inadimplência e o agravamento da crise financeira internacional diminuíram o ritmo de negócios no varejo ao longo do segundo semestre de 2011.

Mesmo permanecendo alta, a inadimplência do Estado de Alagoas registrou quedas contínuas durante todo o segundo semestre de 2011. No mês de dezembro foram 4.936 novos registros no cadastro de inadimplentes (SPC). O valor aponta uma redução de 23,93% em relação a dezembro de 2010. A redução no número de inclusões e o aumento bastante significativo das exclusões caracterizam uma redução da lista de devedores no Estado. O acumulado do ano de 2011 registrou 66.247 inclusões e 47.759 exclusões no Serviço de Proteção ao Crédito.

De acordo com o IBGE, sete das dez atividades pesquisadas, no Estado, obtiveram resultado positivo em dezembro, em relação ao mês anterior, com destaque para Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação (6,9%), Móveis e Eletrodomésticos (2,6%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (1,3%).

Por outro lado, foram observadas quedas no volume de vendas das atividades de Livros, jornais, revistas e papelaria (-5,3%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-1,5%) e Combustíveis e lubrificantes (-0,5%). Em relação a dezembro de 2011 e dezembro de 2010, apenas uma atividade apresentou queda no volume de vendas: Livros, jornais, revistas e papelaria (-2,3%). As altas mais

relevantes foram observadas em Móveis e eletrodomésticos (15,3%) e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (4,6%).

O Comércio Varejista Ampliado do Estado, no fechamento de 2011 apresentou uma taxa de variação de (3,3%) em comparação com o ano anterior. Esse aumento é condicionado por diversos fatores como a facilidade de acesso ao crédito e programas governamentais, em especial o Bolsa Família.

O acesso ao crédito foi um fato preponderante para esse aumento. Com o acesso ao crédito houve maior consumo de bens. É importante ressaltar o fator da mobilidade social, pois com o aumento da renda e, conseqüentemente, maior intenção de compra, muitos saíram das classes D e E para a classe C.

As políticas sociais e os programas de investimentos federais vêm criando um mercado interno e popular que está modificando o quadro econômico do Estado. O valor do benefício Bolsa Família representa um ganho de capacidade de compra, corrigindo uma histórica demanda de consumo reprimido. Como consequência dessa dinâmica houve melhoria evidente na vida da população mais pobre e avanço nos setores produtivos voltados para segmentos populares, que atendem o público D e E.

Tabela 28

**Índice e variação de volume de vendas do comércio varejista ampliado
Por Unidade da Federação - Acumulado de 2011**

Unidade da Federação	Índice de Volume	Variação			Acumulada no ano
		out/11	nov/11	dez/11	
Maranhão	404,3	1,8	5,5	9,6	5,1
Piauí	336,7	0,2	5,6	9,2	9,6
Ceará	323,3	4,4	3,5	2,6	8,6
Rio Grande do Norte	308,4	-0,1	1,9	4,0	5,5
Paraíba	341,6	4,5	6,0	10,0	10,0
Pernambuco	277,2	1,4	0,4	3,1	5,9
Alagoas	358,7	0,1	-3,8	-3,8	3,3
Sergipe	326,1	-1,8	-2,8	-3,8	0,0
Bahia	264,8	-1,7	-1,2	2,1	4,7
Brasil	245,1	1,6	3,2	4,3	6,6

Fonte: IBGE

Dados adaptados pela Seplande - Sinc

5. Turismo

5.1 Brasil

As movimentações nacional e internacional nos aeroportos brasileiros sinalizaram um bom desempenho no setor que segundo o Ministério do Turismo (MTUR) este fato decorre, principalmente, o aumento da renda do brasileiro, que resultou na possibilidade de incluir o turismo como item de consumo. Ademais, a expansão e as maiores facilidades de acesso ao crédito no país também beneficiaram o setor.

Os desembarques internacionais cresceram (13,95%) no ano de 2011, em relação ao período de 2010, em virtude, “A megaexposição do Brasil no exterior, em consequência da Copa e dos Jogos Olímpicos, fez com que a Embratur tivesse um cenário propício para a promoção internacional dos atrativos turísticos brasileiros. Esse recorde é uma prova dos avanços obtidos”, segundo o presidente⁸.

Em 2011, o número de desembarques nacionais de passageiros totalizou 79.049.171, correspondendo a uma variação positiva de (15,81%) em relação a 2010. Segundo o Ministério do Turismo o desempenho do setor, foi devido, principalmente, ao aumento da renda dos brasileiros, facilidades de acesso ao crédito e inclusão das famílias de classe média brasileira, nos roteiros de viagens dos Estados com maior vocação turística.

Tabela 29

**Desembarque de passageiros em voos internacionais e nacional
Brasil - Acumulado de 2011**

Movimento/Setor	Ano		Var. %
	2010	2011	2011/2010
Nacional	68.258.268	79.049.171	15,81
Internacional	7.902.531	9.005.165	13,95
Brasil	76.162.809	88.056.347	15,62

Fonte: Infraero

Dados adaptados pela Seplande - Sinc

5.2 Nordeste

Na região nordeste, o movimento de passageiros nos aeroportos no ano de 2011 registrou um crescimento de (11,63%) em relação ao mesmo período em 2010, este

⁸ Presidente da Embratur- Flávio Dino.

aumento ficou abaixo do desempenho do Brasil que cresceu (15,62%) no mesmo período. Um dos fatores que influenciaram esta queda foi (a) movimentação nos principais aeroportos do Nordeste: Fortaleza (11,32%), Salvador (9,08%), Maceió (8,20%), Recife (7,12%) e Natal (7,05%).

Salvador e Natal são os maiores mercados turísticos do nordeste, e estão sendo afetados por fatores estruturais, tais como: investimentos em limpeza urbana, segurança e publicidade. Isto se deve a concorrência com destinos internacionais que ficaram mais baratos, e também os reflexos do aumento recente nos preços das passagens aéreas nacionais que apresentam uma movimentação relativamente menor que a média nacional.

Tabela 30							
Movimento de passageiros em voos domésticos e internacionais							
Nordeste - Acumulado de 2011							
Cidade	Anos						Var. % 2010/2011
	2010			2011			
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total	
São Luís - MA	1.378.061	1.085	1.379.146	1.843.249	135	1.843.384	33,66
Teresina - PI	797.979	0	797.979	1.075.628	27	1.075.655	34,80
Fortaleza- CE	4.843.258	229.463	5.072.721	5.417.226	229.878	5.647.104	11,32
Natal - RN	2.297.778	118.055	2.415.833	2.463.183	123.037	2.586.220	7,05
João Pessoa - PB	926.015	28	926.043	1.142.181	2	1.142.183	23,34
Recife - PE	5.750.799	208.183	5.958.982	6.138.063	245.306	6.383.369	7,12
Maceió - AL	1.411.561	20.220	1.431.781	1.539.037	10.191	1.549.228	8,20
Aracaju - SE	940.389	0	940.389	1.093.122	21	1.093.143	16,24
Salvador - BA	7.350.486	345.821	7.696.307	8.024.889	370.011	8.394.900	9,08
Nordeste	25.696.326	922.855	26.619.181	28.736.578	978.608	29.715.186	11,63

Fonte: Infraero

Dados adaptados pela Seplande - Sinc

5.3 Alagoas

O setor do turismo no Estado de Alagoas em 2011 obteve bons resultados através de algumas ações estratégicas desenvolvidas pela Secretaria de Estado do Turismo que alavancam o destino nos cenários nacional e internacional, devido ao aumento de turistas, captação de voos regulares e fretados, captação de eventos, fortalecimento do turismo de cruzeiros na capital, aumento das taxas de ocupação hoteleira, investimentos e inauguração de novos hotéis.

A movimentação no Aeroporto Zumbi dos Palmares, segundo dados da Infraero, em 2011, mais de 1,50 milhão de turistas visitaram Alagoas que apresentou um aumento

de (8,20%) comparado ao período anterior. Este crescimento do fluxo de passageiros foi devido à captação de voos *charters* nacionais. Em relação à movimentação internacional houve uma diminuição (-49,60%) no mesmo período, devido a redução dos voos *charters* internacionais.

Tabela 31

**Movimentação operacional no aeroporto Zumbi dos Palmares
Alagoas - Acumulado de 2011**

Movimento/Setor	Anos		Var. (%)
	2010	2011	2011/2010
Nacional	1.411.561	1.539.037	9,03
Internacional	20.220	10.191	-49,60
Alagoas	1.431.781	1.549.228	8,20

Fonte: Infraero

Dados adaptados pela Seplande - Sinc

Os cruzeiros marítimos vêm se consolidando como importante segmento turístico, apresentando impactos econômicos relevantes tanto em nível nacional como local. Foi criado um terminal turístico para recepcionar os cruzeiristas, com: artesanato local, informação turística do Estado, apresentações culturais, degustação de água de coco e imagens das diversas regiões de Alagoas.

Entretanto, a quantidade de navios turísticos no Porto de Maceió⁹ sofreu uma redução de (-19,64%) no número de navios atracados em 2011, em relação a 2010. O número de passageiros a bordo, apresentou um decréscimo de (-1,60%) neste mesmo período. Tal fato é justificado pela redução do número de navios atracados, mas isto não ocasionou queda de passageiros desembarcados, pelo fato da recente entrada de navios de maior porte, que comportam uma maior quantidade de passageiros, conforme foi discutido na Conjuntura Econômica Vol. 12 número 26. Assim, Alagoas passou a atrair para seu sistema turístico grandes embarcações, porém o número de passageiros não cresceu no acumulado do ano.

⁹O fluxo de navios é contabilizado através de temporada, que começa a partir de novembro e se estende até maio do ano seguinte, isto depende da data móvel do carnaval. Contudo, para os objetivos e periodicidade da Conjuntura Econômica de Alagoas, a comparação entre as temporadas de cruzeiros marítimos será feita por semestre e não por temporada como comumente é feito.

Tabela 32			
Fluxo de navios no porto de Jaraguá			
Alagoas - Acumulado de 2011			
Movimento	Ano		Var. % 2011/2010
	2010	2011	
Navios (chegadas)	56	45	-19,64
Passageiros	92.308	90.833	-1,60

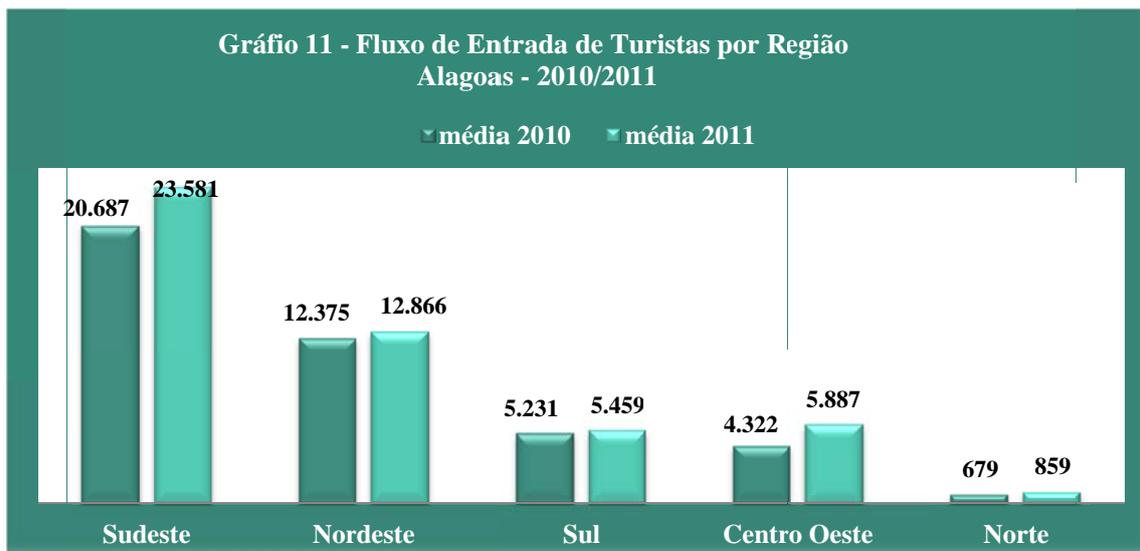
Fonte: Administração do porto de Maceió
Dados adaptados pela Seplande – Sinc

Segundo as informações do departamento de estudos e pesquisas da Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas (Setur-AL), o fluxo de entrada de hóspedes em Alagoas cresceu (11,40%), em 2011 em relação a 2010, e a taxa média de ocupação foi de (71,8%) com um crescimento de (0,60%) em relação a 2010. O crescimento no fluxo de passageiros do aeroporto reflete também na ocupação dos hotéis que vem se mantendo com altos índices, devido aos investimentos em divulgação, fortalecimento do produto e infraestrutura.

Tabela 33			
Meios de Hospedagem classificados e não classificados (média)			
Alagoas - Acumulado de 2011			
Categoria	Anos		VAR. % 2011/2010
	2010	2011	
Fluxo de entrada de hóspedes	44.898,00	50.034,00	11,40
Permanência média	3,70	3,60	-1,40
Taxa média de ocupação de unidades habitacionais	71,30	71,80	0,60
Geração de diárias*	166.926,00	182.687,00	9,40

Fonte: Secretaria do Estado do Turismo de Alagoas
Dados adaptados pela Seplande – Sinc
*Fluxo de entrada X permanência média.

A média da entrada de turistas no Estado de Alagoas advinda de várias localidades foi bastante expressiva para o Estado. Analisando por regiões, o Sudeste foi quem obteve a melhor média de entrada de turistas, passando 20.687 em 2010 para 23.851 em 2011, seguida pelo Nordeste (12.375 para 12.866), Sul (5.231 para 5.459), Centro Oeste (4.322 para 5.887) e Norte (679 para 859).



Fonte: Secretaria do Estado do Turismo de Alagoas
Dados adaptados pela Seplande – Sinc

Em relação ao fluxo de entrada de turistas estrangeiros no Estado, em 2010 se destacam os seguintes países: Argentina, Chile e Itália. Enquanto em 2011 os turistas predominantes foram dos países: Argentina, Chile, E.U.A, Portugal, e Itália. Embora o Estado ainda apresente turistas estrangeiros, esses adentraram em menor número nos últimos anos, reflexo da taxa de câmbio valorizado e os impactos da crise econômica Européia.

6. Mercado de Trabalho

6.1 Brasil

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, no Brasil houve uma redução (23,5%) no número de empregos com carteiras assinadas em 2011, comparado com mesmo período de 2010. Mesmo com o acirramento da crise econômica mundial, o Brasil criou 1,944 milhão postos de trabalho regime celetista, contra 2,54 milhões de novos empregos gerados em 2010.

Todos os setores de atividade econômica expandiram o nível de emprego no país em 2011, entretanto esses dados não demonstram o mesmo desempenho no ano de 2010. O setor Extrativo Mineral criou 19.510 postos, com um acréscimo de (10,33%), que representou um saldo recorde para o período de 2011, este crescimento, refletiu nas exportações para China e para a Ásia.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, o crescimento do setor da Construção Civil gerou 222.897 postos de trabalho que correspondeu o incremento de (8,78%), fruto do programa Federal Minha casa Minha Vida.

O setor de Serviços acrescentou 925.537 postos de trabalho esboçando um aumento de (6,43%). Esse desempenho decorreu da expansão generalizada de todos os ramos do setor serviços como: Serviços de Comércio e Administração de Imóveis (326.687 postos), Serviços de Alojamento e Alimentação (275.264 postos), Serviços de Transportes e Comunicações (139.583 postos), Serviços Médicos e Odontológicos (89.905 postos), Ensino (62.825 postos) e Instituições Financeiras (31.273 postos).

A Indústria de Transformação apresentou um aumento de 215.472 postos de trabalho e um crescimento de (2,69%). Os ramos industriais que se sobressaíram, em termos absolutos, foram: Indústria de Produtos Alimentícios (67.164 postos), Indústria Mecânica (30.903 postos), Indústria Química (26.688 postos), Indústria Metalúrgica (26.304 postos) e Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos (25.607 postos). Os dois ramos que registraram queda no emprego, em razão, principalmente, dos reflexos negativos da crise internacional, foram: Indústria Têxtil e Vestuário, e Indústria de Calçados com expectativa de redução 12.422 e 9.680 postos.

O Comércio expandiu os postos de trabalho com um aumento de 452.077 em 2011, que corresponde a um crescimento de (5,61%). O bom desempenho do setor

Comércio derivou-se do aumento do emprego no Comércio Varejista 366.289 postos e no Comércio Atacadista 85.788 postos.

O setor Agrícola, com a criação de 82.506 empregos, registrou um crescimento (5,54%) no ano de 2011, foi o melhor resultado desde 2005.

Tabela 34			
Evolução do emprego por setores da atividade econômica			
Brasil - Acumulado do 2011			
Atividades Econômicas	Admis.	Deslig.	Saldo
Extrativa mineral	65.366	45.856	19.510
Indústria de transformação	4.087.988	3.872.516	215.472
Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP	104.819	95.324	9.495
Construção civil	2.835.271	2.612.374	222.897
Comércio	5.054.675	4.602.598	452.077
Serviços	8.073.000	7.147.463	925.537
Administração pública	113.200	96.134	17.066
Agropecuária	1.368.729	1.286.223	82.506
Total	21.703.048	19.758.488	1.944.560

Fonte: Caged

Dados adaptados pela Seplande – Sinc

6.2 Nordeste

A Região Nordeste, em 2011, registrou a criação de 329.565 novos postos de trabalho, que representou o segundo melhor resultado em relação às demais regiões brasileiras, permanecendo apenas atrás da região sudeste. A expansão do emprego na região se deve principalmente ao bom desempenho dos setores de serviços, comércio, construção civil e indústria de transformação.

O Nordeste apresentou uma participação de (16,9%) do total nacional, que registrou o segundo melhor desempenho inter-regional. No âmbito setorial, o Nordeste segue a tendência nacional, serviços (45,2%), comércio (24,3%) e construção civil (16,3%) que detiveram a maior participação nos setores do mercado de trabalho.

Os Estados da Região Nordeste apresentaram saldos recordes de empregos em 2011: Pernambuco 89.607 postos, Bahia 76.041 postos, Ceará 56.413 postos, Maranhão 25.410 postos, Paraíba 20.273 postos, Alagoas 20.050 postos, Sergipe 19.213 postos, Rio Grande do Norte 12.269 postos, Piauí 10.289 postos.

6.3 Alagoas

O Estado de Alagoas, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, no ano de 2011 registrou saldo de estoque¹⁰ de trabalho com um acréscimo de 11.756 postos de trabalho com carteira assinada, frente à de 6.077 postos de trabalho registrados em igual período de 2010. Os setores que apresentaram melhor desempenho em 2011: Construção Civil, Serviços, Comércio e Indústria de Transformação.

O setor da Construção Civil apresentou um excelente desempenho que gerou 4.454 novos postos de trabalho, no mesmo período. Este setor está sendo beneficiado por programas de governo voltados à habitação, como o programa Minha Casa Minha Vida.

Outro setor que obteve um bom desempenho foi o de Serviços, criou 4.009 novos postos de trabalho com carteira assinada no estado, entre os ramos do setor que mais beneficiaram este crescimento foi: Serviços de Alojamento e Alimentação, Serviços de Transportes e Comunicações, Serviços Médicos e Odontológicos.

O setor do Comércio de Alagoas criou 1.891 postos de trabalho devido ao desempenho do comércio varejista e atacadista.

A Indústria de Produtos Alimentícios e bebidas (indústria sucroalcooleira) é um dos ramos que melhor sobressaiu na indústria de transformação alagoana que representa uma participação de aproximadamente 30% do total de admissões em Alagoas, em 2011.

Tabela 35

**Evolução do emprego por setores da atividade econômica
Alagoas - Acumulado de 2011**

Atividades Econômicas	Admis.	Deslig.	Saldo	Admis.	Deslig.	Saldo
		2010		2011		
Extrativa mineral	209	181	28	223	211	12
Indústria de transformação	53.055	57.903	-4.848	57.903	56.922	981
Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP	848	648	200	1.009	693	316
Construção civil	21.886	16.928	4.958	29.124	24.670	4.454
Comércio	26.079	23.170	2.909	28.002	26.111	1.891
Serviços	25.677	22.418	3.259	31.338	27.329	4.009
Administração pública	31	88	-57	115	114	1
Agropecuária	3.432	3.804	-372	4.952	4.860	92
Total	131.217	125.140	6.077	152.666	140.910	11.756

Fonte: Caged

Dados adaptados pela Seplande – Sinc

¹⁰ Dados do mercado de trabalho em Alagoas que foram utilizados sem ajuste, enquanto que os dados do Nordeste foram ajustados.

A evolução do emprego por setores de atividade econômica no Estado de Alagoas, em dezembro de 2011, verificou um declínio de (-0,53%) no nível de emprego por razões sazonais da entressafra agrícola, férias escolares, período de chuvas, esgotamento da bolha de consumo no final do ano. Os setores que, mas influenciaram este resultado negativo foram: Extrativa Mineral (-0,89%), Indústria de Transformação (-0,54%), Comércio (-1,18%), Serviços (-0,35), Administração Pública (-0,03%) e Agropecuária (-0,74%).

Tabela 36		
Evolução do emprego por setores da atividade econômica		
Alagoas - Saldo dezembro de 2011		
Atividades Econômicas	Variação	
	Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	-9	-0,89
Indústria de Transformação	-570	-0,54
Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP	22	0,44
Construção Civil	15	0,05
Comércio	-841	-1,18
Serviços	-366	-0,35
Administração Pública	-5	-0,03
Agropecuária	-106	-0,74
Emprego	-1.860	-0,53

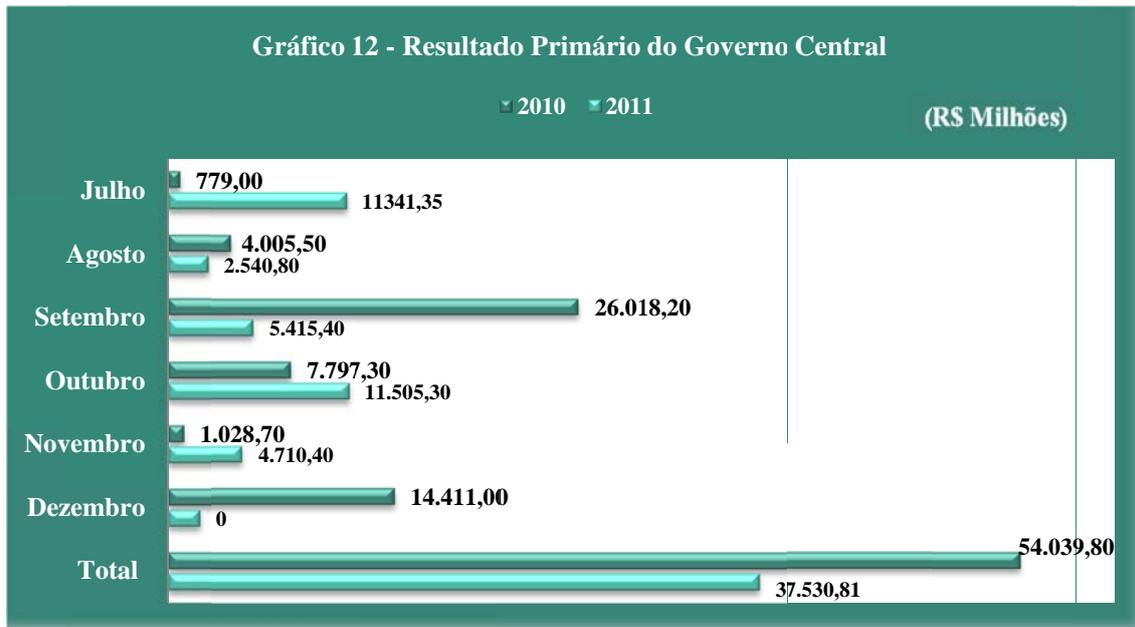
Fonte: Caged

Dados adaptados pela Seplande – Sinc

7. Finanças Públicas

7.1 União

De acordo com dados da União, observa-se o crescimento da arrecadação e consequentemente, ampliação nos repasses a Estados e Municípios, como será discutido nos subitens a seguir. O gráfico abaixo demonstra o resultado primário das finanças nacionais:



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
 Dados adaptados pela Seplande – Sinc

De julho a dezembro o resultado primário do governo central apresentou *superávits*, obtendo o menor resultado em dezembro de 2011, quando registrado R\$ 2,0 bilhões e o maior em outubro, com R\$ 11,3 bilhões. Observa-se que embora os resultados tenham sido positivos, o acumulado no segundo semestre de 2011 (foi de) R\$ 37.530,80 bilhões (e) cresceu em menor dimensão, no comparativo com 2010 (que foi de) R\$ 85.939,30 bilhões.

No fechamento de 2011, o resultado primário apresentou R\$ 93.517,9 bilhões, enquanto no mesmo período do ano anterior, o resultado foi de R\$ 78.722,9. Para o bom desempenho, justificam-se os *superávits* ocorridos em todo o ano, principalmente no primeiro semestre de 2011.

7.1.2 Receitas

Em relação às receitas do governo central na segunda metade de 2011, ressalta-se uma diminuição no volume arrecadado, quando comparado a 2010, resultando em (-2,01%) de variação. No período em análise a receita do tesouro apresentou um bom desempenho, porém o acréscimo de 74 bilhões na receita em setembro de 2010 com a rubrica “d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo”¹¹ gerou um aumento discrepante quando comparado com 2011, visto que tal rubrica foi nula por todo o segundo semestre.

A tabela 38 demonstra o aumento na arrecadação de impostos, contribuições em 2011, porém o aumento nas restituições e incentivos fiscais geraram um *déficit* de (7,87%) na receita bruta. O bom desempenho das receitas previdenciárias urbanas, sobretudo em dezembro de cada ano, com o crescimento no mercado de trabalho, contribuiu para o aumento nas receitas previdenciárias no segundo semestre de 2011, em (13,60%). Ademais, as receitas do governo central cresceram (29,78%) no segundo semestre de 2011, impactada pelas concessões de telefonia móvel em dezembro de 2010, aliada ao crescimento das cotas de compensações financeiras.

¹¹ Com início das operações no pré-sal brasileiro, a Petrobras foi intimada a pagar certa quantia aos cofres brasileiros para realizar as operações de prospecção de até 5 bilhões de barris de petróleo e gás natural. Entretanto, a rubrica capitalização da Petrobras, presente no campo despesas, beneficia os acionistas e a própria União, sendo utilizada para novos investimentos.

Tabela 37			
Resultado fiscal do governo central			
Brasil - Segundo semestre 2010/2011			
			(R\$ Milhões)
Resultado Primário	Segundo semestre		Var. (%)
	2010	2011	2011/2010
I. Receita total	520.668,90	510.394,50	-2,01
I.1. Receitas do Tesouro	401.949,40	372.607,00	-7,87
I.1.1 Receita Bruta	411.911,10	384.406,90	-7,15
- Impostos	155.632,40	179.428,50	13,26
- Contribuições	132.274,50	147.825,70	10,52
- Demais	124.004,20	57.152,70	-116,97
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	74.807,6	0,00	-
I.1.2. (-) Restituições	-9.961,70	-11.648,00	14,48
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,00	-151,9	15190,00
I.2. Receitas da Previdência Social	117.310,00	135.780,20	13,60
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano	114.760,70	132.965,50	13,69
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural	2.549,30	2.814,70	9,43
I.3. Receitas do Banco Central	1.409,40	2.007,20	29,78
II. Transferências a estados e municípios	71.520,40	85.939,30	16,78
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	54.386,80	63.913,90	14,91
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	2.925,00	2.925,00	0,00
II.3. Transferências da Cide	867,90	1.154,70	24,84
II.4. Demais	13.340,70	17.945,70	25,66
III. Receita líquida total (I-II)	449.148,50	424.455,10	-5,82

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Dados adaptados pela Seplande – Sinc

Quanto às transferências a Estados e Municípios, influenciadas diretamente pelas transferências constitucionais, observa-se um crescimento no período. Tradicionalmente, dezembro é o mês com maiores repasses, e em 2011 foram transferidos pouco mais de 19 bilhões, enquanto que em 2010 a quantia foi de 16 bilhões. Assim, no segundo semestre de 2011 o crescimento nas transferências aumentou em (16,79%), quando comparado ao mesmo período do ano anterior, influenciada pelo crescimento nos Impostos.

7.1.3 Despesas

Em relação às despesas do governo central no período supracitado, observa-se uma diminuição na rubrica despesa total. Tal resultado foi fortemente influenciado pela diminuição na rubrica custeio de capital, na ordem de (-19,56%), visto que a conta “capitalização da Petrobrás” foi nula no segundo período de 2011. Nas demais contas, houve um crescimento no segundo semestre de 2011. Quando comparado ao mesmo

período do ano anterior, sobretudo nos subsídios e subvenções econômicas (influenciado pelo aumento do fundo da terra/INCRA), transferência do Tesouro ao Banco Central, e Despesas do BC.

Ademais, o *déficit* na previdência nominal apresentou uma queda, justificada pela arrecadação da previdência urbana, que cresceu (53,83%) no período. Entretanto, o *déficit* na previdência rural seguiu o caminho inverso, aumentando (11,13 %) de 2010 a 2011.

Tabela 38			
Despesas e Resultado fiscal do governo central			
Brasil - Segundo semestre 2010/2011			
			(R\$ Milhões)
Resultado Primário	Segundo semestre		Var. (%)
	2010	2011	2011/2010
IV. Despesa total	395.108,70	386.924,30	-2,12
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	88.295,60	92.239,30	4,28
IV.2. Benefícios Previdenciários	137.604,70	151.800,40	9,35
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano	108.211,50	118.779,60	8,90
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural	29.393,10	33.020,80	10,99
IV.3. Custeio e Capital	166.900,90	139.599,80	-19,56
IV.3.1. Despesa do FAT	19.283,80	22.629,60	14,79
- Abono e Seguro Desemprego	19.044,50	22.379,00	14,90
- Demais Despesas do FAT	239,3	250,6	4,51
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	2.853,10	5.190,10	45,03
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.241,00	3.559,40	65,13
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	1.612,10	1.630,60	1,13
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)	11.324,50	12.631,20	10,35
IV.3.4 Capitalização da Petrobrás	42.987,80	0,00	-
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	90.511,70	99.148,90	8,71
- Outras Despesas de Custeio	64.037,10	70.000,70	8,52
- Outras Despesas de Capital	26.474,50	29.148,20	9,17
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	663,7	1.099,60	39,64
IV.5. Despesas do Banco Central	1.643,80	2.185,30	24,78
V. Resultado primário governo central (III - IV - V)	54.039,80	37.530,80	-43,99
V.1. Tesouro Nacional	74.568,80	53.729,00	-38,79
V.2. Previdência Social (RGPS)	-20.294,60	-16.020,20	-26,68
V.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano	6.549,20	14.185,90	53,83
V.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural	-26.843,80	-30.206,10	11,13
V.3. Banco Central	-234,4	-178	-31,69
VII. Ajuste metodológico	839	324,7	-158,39
VIII. Discrepância estatística	-922,6	-209,1	-341,22
IX. Resultado primário do governo central (VI + VII + VIII)	53.956,20	37.646,40	-43,32
Resultado Nominal			
X. Juros nominais	-66.394,80	-91.532,00	27,46
XI. Resultado nominal do governo central (IX + X)	-12.438,50	-53.885,60	76,92

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Dados adaptados pela Seplande – Sinc

Concluindo a análise das finanças da União, observa-se um aumento no *déficit* nominal do governo. No segundo semestre de 2010 o resultado ultrapassou os 12 bilhões de Reais, e no mesmo semestre de 2011, correspondeu a 53.885,60 bilhões, justificado pelo crescimento nos juros nominais.

7.2 Nordeste

Em relação às finanças públicas dos Estados do Nordeste, observa-se um crescimento nos repasses federais. No comparativo entre os segundos semestres de 2010 e 2011, houve crescimento nas principais transferências (FPE, IOF, IPI/EXP, FUNDEB, LC 87/96, CIDE e FEX) ¹², como destacado na tabela abaixo:

Tabela 39			
Principais Transferências Federais para os Estados Nordestinos			
Segundo Semestre 2010/2011			
(R\$ Milhões)			
UF	Ano		Var.(%) 2011/2010
	2010	2011	
Nordeste	14.356,55	16.923,372	17,88
Alagoas	1.053,93	1.226,80	16,40
Bahia	2.980,11	3.438,85	15,39
Ceará	1.901,89	2.259,26	18,79
Maranhão	1.876,59	2.240,65	19,40
Paraíba	1.252,79	1.486,74	18,67
Pernambuco	2.044,31	2.479,19	21,27
Piauí	1.099,94	1.294,30	17,67
Rio Grande do Norte	1.113,23	1.297,69	16,57
Sergipe	1.033,72	1.199,85	16,07

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

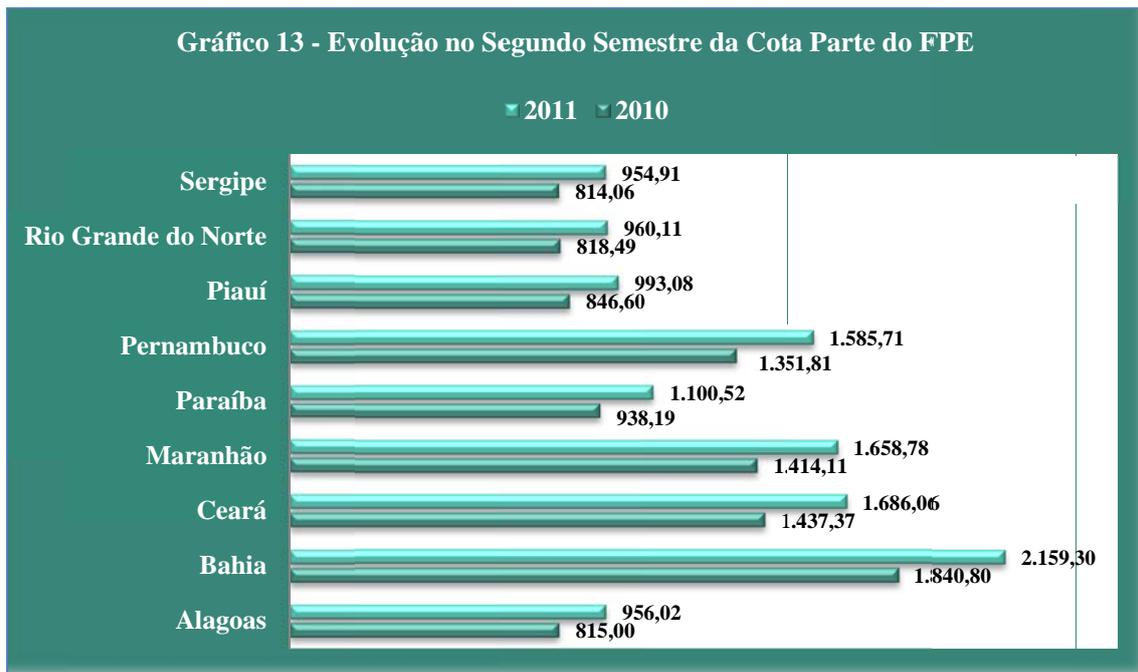
Dados adaptados pela Seplande – Sinc

Obs.: Valores com desconto da parcela destinada ao FUNDEB.

Dentre as nove unidades estaduais que formam a região Nordeste, a Bahia é o Estado com maior montante, cujo destaque é a LC 87/93, com transferência para o Estado superior a 3,4 bilhões. Pernambuco foi o Estado com maior crescimento na variação dos repasses, resultado do crescimento da cota CIDE em 2011, a qual ultrapassou 30 milhões de reais, contra 22 milhões no mesmo período do ano anterior.

¹² Respectivamente: Fundo de Participação dos Estados (FPE), Imposto Sobre Operações de Crédito (IOF), Imposto sobre Produtos Industrializados para Exportação (IPI/EXP), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Lei Kandir (LC 87/96), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e fomento as Exportações (FEX).

O FPE é um importante componente nas finanças dos Estados e Municípios brasileiros, e dada às condições socioeconômicas da Região Nordeste, é também o principal responsável pela dinâmica econômica dos Estados mais pobres. O fraco desempenho na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi compensada pela arrecadação do imposto de Renda (IR) em 2011, gerando um aumento de 14,75% nos fundos constitucionais na segunda metade de 2011, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, demonstrado no gráfico a seguir:



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Dados adaptados pela Seplande – Sinc

Obs.: Valores com desconto da parcela destinada ao FUNDEB.

7.3 Alagoas

Quanto às finanças públicas do Estado de Alagoas, é perceptível o desempenho favorável na arrecadação própria que, aliada ao supracitado aumento nos repasses federais, acarretou no crescimento das Receitas Estaduais. Em contrapartida, observa-se um modesto crescimento nas despesas, como será demonstrado nos subitens a seguir.

7.3.1 Receitas

Em relação às principais receitas arrecadadas no período (receitas próprias), o crescimento nas vendas em 2011, sobretudo com o pagamento do décimo terceiro salário e as tradicionais festividades de fim de ano, aumentou a arrecadação de ICMS em 6,46%. Não obstante, o amplo crescimento na frota de veículos vem contribuindo

para o aumento da arrecadação do Imposto sobre veículos automotores (IPVA), que na segunda metade de 2011 ultrapassou os 69 milhões, quando no mesmo período de 2010 contemplou pouco mais de 62 milhões, crescendo assim (12,58%).

O Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza foi o que apresentou o maior crescimento no período em análise. Em 2010 foi arrecadado 48.629.791 milhões e, em 2011, 137.689.335 milhões, um acréscimo de (183,14%).

Por fim, as Transferências Federais, as quais representam a maior parte das receitas em Alagoas, cresceram em menor proporção as receitas próprias, porém apresentaram *superávit* de (8,78%). O FPE permanece como a maior fonte de receita de Alagoas, como demonstrado no gráfico 13, cresceu em relação ao segundo semestre do ano anterior. Em contrapartida, as medidas protecionistas¹³ adotadas no período diminuíram a produção industrial, que acarretou em uma retração de (-33,63%) no imposto sobre produtos industrializados (IPI), ocorrendo também um decréscimo de (30,00%) na rubrica “outras transferências da União”. A cota parte do CIDE aumentou em mais de 4,0 milhões, contribuindo para o aumento nas Transferências Federais, aliado aos recursos minerais e *royalties* de exploração que também apresentaram bom desempenho no período.

¹³ O aumento de 30% na cota de IPI para veículos importados diminuiu em 18,75% a arrecadação federal em dezembro de 2011, quando comparada como o mesmo mês do ano anterior. Assim, Estados e Municípios, que ficam com 58% do total arrecadado, são os mais penalizados com a diminuição do imposto.

Tabela 40
Receitas
Alagoas – Segundo semestre 2011

Receitas	Ano		Var.(%) 2011/2010
	2010	2011	
Próprias	1.302.571,569	1.486.427,776	14,11
ICMS	1.047.551,716	1.115.187,552	6,46
IPVA	62.007,889	69.809,058	12,58
ITCD	2.107,582	2.995,820	42,14
FECOEP	21.166,661	24.430,859	15,42
Imposto S/Renda e Proventos	48.629,791	137.689,335	183,14
Taxas	2.171,934	3.825,338	76,13
Outras Receitas	118.935,997	132.489,815	11,40
Transferências Federais	1.509.404,520	1.641.950,384	8,78
FPE	1.018.751,546	1.195.018,976	17,30
IPI	5.505,171	3.654,007	-33,63
CIDE	12.199,192	16.133,432	32,25
Recursos Hídricos	6.374,093	5.540,164	-13,08
Recursos Minerais	70,778	129,564	83,06
Royalties p/exced.prod.do petróleo	13.304,551	15.474,409	16,31
FEP	3.314,058	4.622,510	39,48
Transferência Financeira - l.c. num.87/96	6.144,109	6.144,109	0,00
Outras Transferências da União	235,660	162.653,228	-30,98
FUNDEB	208,080	232.579,986	11,77
Total	2.811.976,089	3.128.378,160	11,25

Fonte: Extrator – SIAFEM/ Sistema de Informações Banco do Brasil
Dados adaptados pela Seplande – Sinc

7.3.2 Despesas

Em relação às despesas, observa-se um crescimento no volume gasto no segundo semestre de 2011. As despesas referentes ao poder executivo cresceram (7,22%) no período. Em relação às despesas correntes, o acréscimo de (21,99%) foi resultado do aumento de despesas com pessoal e encargos (33,74%), embora as despesas com juros e encargos da dívida tenham diminuído em (-25,99%).

Quanto às despesas de capital, houve decréscimo de (15,38%) no segundo semestre de 2011. A forte retração no volume de investimentos e inversões financeiras contribuíram para o resultado, embora as amortizações tenham aumentando (36,72%). Quanto às transferências aos poderes, esses aumentaram suas despesas, com destaque para o Ministério Público, que ampliou seus gastos em (20,93%).

O resultado final das despesas indica um crescimento de (5,51%) na segunda metade de 2011, quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Embora tenha ocorrido um ligeiro crescimento no período, este não foi maior devido a redução

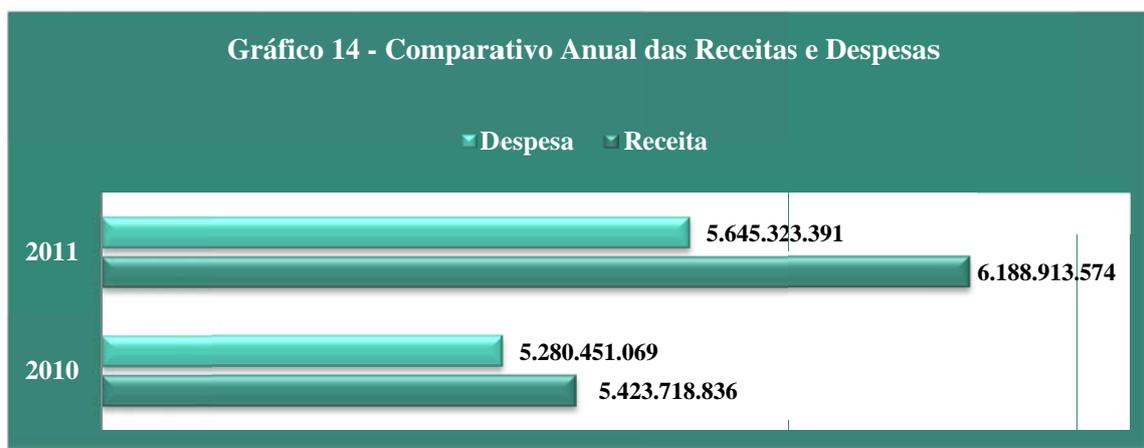
da maioria das despesas. Ademais, no confronto entre receitas e despesas, o *déficit* na segunda metade de 2011 foi menor que o mesmo semestre de 2010, demonstrando que o crescimento na receita e diminuição de algumas despesas, influenciadas diretamente pela lei de responsabilidade Fiscal (LRF), foi favorável em 2011.

Tabela 41
Despesas
Alagoas – Segundo semestre 2011

Despesas	Ano		Var.(%) 2011/2010
	2010	2011	
Poder Executivo	2.372.365,902	2.543.718,301	7,22
Despesas Correntes	1.615.565,248	1.970.907,684	21,99
Pessoal e Encargos	1.006.816,484	1.346.553,763	33,74
Juros e Encargos da Dívida	114.335,950	84.618,188	-25,99
Outras Despesas Correntes	494.412,814	539.735,733	9,17
Despesas de Capital	756.800,655	572.810,617	-24,31
Investimento	532.171,779	289.942,675	-45,52
Inversões Financeiras	20.404,150	3.660,562	-82,06
Amortização	204.224,726	279.207,381	36,72
Transferências a Poderes	236.398,129	262.964,032	11,24
Assembléia Legislativa	58.351,580	60.258,162	3,27
Tribunal de Contas	28.155,450	29.323,321	4,15
Tribunal de Justiça	109.692,082	124.769,821	13,75
Ministério Público	40.199,017	48.612,728	20,93
Transferências a Municípios	398.244,529	365.939,092	-8,11
Total	3.007.008,561	3.172.621,426	5,51

Fonte: Extrator – SIAFEM/ Sistema de Informações Banco do Brasil
Dados adaptados pela Seplande – Sinc

Concluindo a análise alagoana, o gráfico abaixo demonstra o comparativo entre receita e despesas de Alagoas nos anos de 2010 e 2011:



Fonte: Extrator – SIAFEM/ Sistema de Informações Banco do Brasil
Dados adaptados pela Seplande – Sinc

A recuperação econômica brasileira foi positiva para Alagoas. No comparativo entre os anos em análise, o volume de receitas aumentou em mais de 800 milhões e mesmo com o crescimento das despesas, o resultado foi bastante positivo, impactado pelo aumento na arrecadação durante todo o ano e ampliação dos repasses federais no primeiro semestre de 2011.

8. Considerações Finais

O fechamento do segundo semestre de 2011 demonstra que a conjuntura econômica alagoana apresentou desempenho cíclico. Tradicionalmente, a agricultura alagoana possui o protagonismo da cana-de-açúcar, sendo o Estado maior plantador da desta cultura no nordeste. No segundo semestre de 2011 a produtividade da cana cresceu 14,1%, mesmo com o final da entressafra. As pesquisas de novas variedades do produto e o uso de tecnologia avançada vêm beneficiando o setor, que apresenta números crescentes nos últimos anos. Entretanto, as demais culturas no Estado não vêm apresentando uma diversificação desejável e, além disso, apresentaram decréscimos nos ramos mais significativos, com exceção da cultura do milho, que acendeu expressivamente no período. Observa-se que os fatores climáticos e principalmente a falta de orientação técnica vem prejudicado severamente o setor agrícola alagoano.

No setor industrial, faz-se necessário comentar sobre o desempenho nacional, que apresentou retração no comparativo do segundo semestre 2011/2010, impactado pelo ritmo lento de crescimento econômico mundial e as mudanças cambiais. A média nordestina também acompanhou a tendência nacional de decréscimo, principalmente na indústria têxtil que vem sofrendo com a concorrência chinesa. Entretanto, Alagoas apresentou um crescimento positivo, embora modesto, justificado pelo setor sucroenergético, que cresceu 10,86% e sustentou a queda nos demais setores industriais alagoanos.

Em relação à balança comercial alagoana, embora modesta quando comparada aos demais Estados da Federação, apresentou números positivos no segundo período de 2011. A exportação de açúcar e álcool, que corresponde por 98% da pauta de exportação, recebeu positivamente o crescimento dos preços internacionais (o maior aumento em 30 anos) e aumento na demanda internacional, que foi atendida pela maior produtividade do setor.

O comércio varejista vem crescendo no Brasil, reflexo do aumento do poder de compra da população decorrente do crescimento do salário real e expansão do crédito. Assim, o segundo semestre de 2011 confirmou os pressupostos através da média positiva brasileira e dos Estados Nordestinos. Em Alagoas, o crescimento apresentado foi menor que a média brasileira, justificado pelo aperto monetário, aumento da inadimplência e restrição ao crédito que impactaram mais severamente a economia do

Estado. Em relação ao setor turístico, importante gerador de emprego e renda em Alagoas, verificou-se a já perceptível tendência no crescimento dos voos nacionais, aumento de turistas oriundos de cruzeiros marítimos e diminuição no efetivo de turistas internacionais.

O mercado de trabalho apresentou recorde no número de contratações em alguns Estados Nordestinos, caso de Alagoas que aumentou em mais de 20.000 os postos de trabalho. A indústria de construção civil e o comércio varejista são os principais responsáveis pela alta do setor.

Por fim, a análise das finanças públicas demonstrou o aumento na arrecadação Federal e conseqüentemente, aumento nos repasses a Estados e Municípios. Em Alagoas, as transferências federais ainda são os principais mecanismos de receitas do Estado, porém o esforço para a arrecadação própria culminou no crescimento dessa rubrica, impulsionado pelo IPVA (fruto do constante crescimento na frota de veículos) e Imposto Sob Rendas e Proventos, que apresentou maior alta no período.

